

Rio de Janeiro

PROLAGOS S.A. Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

CNPJ/ME nº 02.382.073/0001-10 - NIRE 33.300.167.285 (Companhia Aberta)

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 10 de Fevereiro de 2021

1. Data, Hora e Local: Realizada em 10 de fevereiro de 2021, às 15 horas, na sede social da Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto ("Companhia"), na Rodovia Amaral Peixoto, km 107, quadra 20, lote 09, Bairro Balneário, no Município de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro, CEP 28948-834. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença de acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **3. Composição da Mesa:** Sra. Radamés Andrade Casseb (Presidente); Sr. Yaroslav Memrava Neto (Secretário). **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) o aumento do capital social, mediante emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; (ii) a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento do capital social mencionado no item acima; (iii) a nova redação do Estatuto Social; e (iv) autorização da lavratura da ata na forma de sumário nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. **5. Deliberações:** Após aprovada a ordem do dia, deliberou-se, por unanimidade de votos e sem restrições: **5.1.** aumentar o capital social da Companhia no montante de R\$ 121.312.569,00 (cento e vinte e um milhões, trezentos e doze mil e quinhentos e sessenta e nove reais), representado por 121.312.569 (cento e vinte e um milhões, trezentos e doze mil, quinhentas e sessenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **5.1.1.** Em razão da deliberação acima, o capital social atual da Companhia, correspondente a R\$ 255.040.726,59 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, quarenta mil, setecentos e vinte e seis reais e cinquenta e nove centavos) dividido em 221.673.074 (duzentas e vinte e uma milhões, seiscentas e setenta e três mil e setenta e quatro) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, **passará a ser de R\$ 376.353.295,59 (trezentos e setenta e seis milhões, trezentos e cinquenta e três mil, duzentos e noventa e cinco reais e cinquenta e nove centavos), dividido em 342.985.643 (trezentas e quarenta e duas milhões, novecentas e oitenta e cinco mil, seiscentas e quarenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 5.1.2.** Todas as ações ordinárias emitidas são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas pela acionista **Tertúlia Participações e Administração S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar, sala 15, Edifício Plaza São Lourenço, Jardim Paulistano, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("Acionista"), sendo o montante total de R\$ 121.312.569,00 (cento e vinte e um milhões, trezentos e doze mil, quinhentos e sessenta e nove reais) integralizado em moeda corrente nacional, conforme disposto no Boletim de Subscrição anexo à presente ata ("Anexo I"). A Igarapé Participações S.A., renunciou ao seu direito de preferência na subscrição de novas ações representativas do aumento de capital ora deliberado. **5.2.** Tendo em vista o aumento de capital social da Companhia acima descrito, os acionistas aprovam alterar a redação do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, passando a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 376.353.295,59 (trezentos e setenta e seis milhões, trezentos e cinquenta e três mil, duzentos e noventa e cinco reais e cinquenta e nove centavos), dividido em 342.985.643 (trezentas e quarenta e duas milhões, novecentas e oitenta e cinco mil, seiscentas e quarenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal". **5.3.** Aprovar a nova redação em sua íntegra do Estatuto Social da Companhia, com a finalidade de refletir também as deliberações acima, nos termos do anexo a presente ata ("Anexo II"). **5.4.** Autorizar a lavratura da ata na forma de sumário nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente assembleia e lavrada esta ata, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: Sr. Radamés Andrade Casseb (Presidente); Sr. Yaroslav Memrava Neto (Secretário). Acionista: Aegea Saneamento e Participações S.A. (por Radamés Andrade Casseb e Yaroslav Memrava Neto) e Igarapé Participações S.A. (por Yaroslav Memrava Neto e Sílvia Leticia Tesseroli). A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Pedro da Aldeia/RJ, 10 de fevereiro de 2021. **Radamés Andrade Casseb - Presidente; Yaroslav Memrava Neto - Secretário.**

Anexo II - A Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 10 de Fevereiro de 2021 - Estatuto Social da Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto. Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Prazo: Artigo 1º - Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto é uma sociedade anônima que se rege por este Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º -** A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro, na Rodovia Amaral Peixoto, s/nº, km 107, quadra 20, Lote 09, Bairro Balneário, CEP 28.948-834. **Parágrafo Único -** A Companhia poderá abrir e fechar filiais, agências e escritórios no Brasil e no exterior, por deliberação do Conselho de Administração. **Artigo 3º -** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Artigo 4º -** A Companhia tem por objetivo único a execução dos serviços e obras de implantação, ampliação, manutenção, operação e monitoração e exploração dos serviços públicos de saneamento básico de águas e de esgoto sanitários, compreendendo a produção de água potável, mediante captação, tratamento, adução, reserva e distribuição, bem como coleta e tratamento, a nível secundário dos esgotos nas áreas urbanas dos municípios de Cabo Frio, Búzios, São Pedro da Aldeia e Iguaçu Grande, e o fornecimento de água no Município de Arraiol do Cabo, restritos tais serviços exclusivamente ao sistema objeto da concessão vinculada à Concorrência Nacional nº 4/96-SOSP/ERJ. **Capítulo II - Capital Social e Ações: Artigo 5º -** O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 376.353.295,59 (trezentos e setenta e seis milhões, trezentos e cinquenta e três mil, duzentos e noventa e cinco reais e cinquenta e nove centavos), dividido em 342.985.643 (trezentas e quarenta e duas milhões, novecentas e oitenta e cinco mil, seiscentas e quarenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro -** A Assembleia Geral poderá deliberar pela criação de ações preferenciais de emissão da Companhia. **Parágrafo Segundo -** A cada ação ordinária emitida pela Companhia caberá um voto nas deliberações de acionistas. **Parágrafo Terceiro -** As ações são indivisíveis em relação à Companhia que não reconhecerá mais que um proprietário para exercer os direitos a elas inerentes. **Parágrafo Quarto -** Todas as ações de emissão da Companhia serão escrituradas nos livros próprios da Companhia em nome de seus titulares. **Parágrafo Quinto -** A Companhia não emitirá, em nenhuma hipótese, partes beneficiárias. **Artigo 6º -** Os certificados de ações, se emitidos, deverão ser assinados por 02 (dois) Diretores, ou por 01 (um) Diretor e 01 (um) procurador expressamente nomeado para esse fim, na forma prevista no parágrafo 1º do Artigo 13 deste Estatuto Social. **Capítulo III - Assembleia Geral: Artigo 7º -** A Assembleia Geral reunir-se-á, (i) ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social para deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem. **Artigo 8º -** A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou por 02 (dois) conselheiros, e será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração. Em sua ausência, o Presidente da Assembleia Geral será escolhido entre os presentes. O Presidente da Assembleia Geral, por sua vez, escolherá dentre esses um Secretário. **Artigo 9º -** A Assembleia Geral compete deliberar sobre quaisquer matérias de interesse da Companhia, inclusive as seguintes: **a)** alteração do Estatuto Social; **b)** eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho de Administração da Companhia, inclusive o seu Presidente; **c)** fixação do preço de emissão e o de subscrição de debêntures e, quando for o caso os critérios de sua conversibilidade em ações; **d)** suspensão do exercício dos direitos do acionista (Art.120 da Lei das Sociedades por Ações); **e)** deliberação sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; **f)** deliberação sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia; **g)** deliberação sobre a dissolução e liquidação da Companhia; **h)** autorização aos administradores para confessar falência; **i)** autorização aos administradores para pedir recuperação judicial ou extrajudicial; **j)** aumento de capital social em consonância com o disposto no contrato de concessão e no edital de licitação; **k)** criação de nova classe de ações, mudança das características das ações existentes ou redução do capital social; **l)** emissão de bônus de subscrição e de opções de compra de ações; **m)** aquisição ou venda de participação em outras empresas; **n)** alteração ou prorrogação do contrato de concessão; **o)** fixação da remuneração anual e global dos administradores; **p)** criação de um Conselho Consultivo, com o estabelecimento de sua composição e atribuições; e **q)** emissão de Notas Promissórias (commercial paper) e debêntures não conversíveis para colocação pública, no país e no exterior, de acordo com a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em vigor, cujos valores excedam aqueles fixados na alínea "u" do artigo 12 deste estatuto. **Parágrafo Único -** Ressalvado o disposto na Lei das Sociedades por Ações, as deliberações das Assembleias Gerais serão aprovadas por maioria absoluta de votos. **Capítulo IV - Da Administração: Artigo 10 -** A administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e executada pela Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social. **Parágrafo Único -** A Assembleia Geral fixará a remuneração anual global da administração da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração definir a remuneração individual de cada um de seus membros, bem como de cada membro da Diretoria. **Seção I - Conselho de Administração: Artigo 11 -** O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada e será composto por 03 (três) membros efetivos, com mandato unificado de 02 (dois) anos, sendo eleitos em Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, pela mesma forma, permitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro -** O Conselho de Administração terá um Presidente que será indicado pela Assembleia Geral. A cada membro do Conselho de Administração caberá 01 (um) voto. Será admitido o voto enviado por escrito, na impossibilidade de comparecimento do conselheiro à reunião a ser realizada, bem como será admitido que qualquer outro membro do Conselho de Administração seja representado por outro membro, mediante procuração com poderes específicos. São idênticos os poderes e as prerrogativas de cada um dos membros do Conselho de Administração da Companhia, incumbindo ao seu Presidente: (i) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração; (ii) convocar as Assembleias Gerais. **Parágrafo Segundo -** Em caso de impedimento temporário ou ausência do Presidente do Conselho de Administração, 02 (dois) conselheiros quaisquer poderão convocar Assembleia Geral ou Reunião do Conselho de Administração. **Parágrafo Terceiro -** Em caso de impedimento permanente, destituição ou renúncia de qualquer dos membros do Conselho de Administração durante o mandato para o qual foi eleito, seu substituto será nomeado pelo acionista que havia indicado o membro do Conselho de Administração a ser substituído. **Parágrafo Quarto -** Nos casos de ausência ou impedimento temporário, o membro temporariamente impedido ou ausente poderá nomear outro membro do Conselho de Administração ou membro suplente, para que este vote em seu nome nas reuniões do Conselho de

Administração de acordo com instruções de voto expressas e por escrito. **Parágrafo Quinto -** O Conselho de Administração reunir-se-á quando os interesses da Companhia exigirem ou quando convocado pela maioria de seus membros. As convocações serão efetivadas por meio comunicação enviada por carta, fax, telex, ou qualquer outro meio que não seja oral, entregue com antecedência mínima de 3 (três) dias, juntamente com a ordem do dia, sendo certo que a falta de convocação será sempre remediada pela presença da totalidade dos membros. **Artigo 12 -** Compete ao Conselho de Administração: **a)** fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; **b)** eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições; **c)** fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros, papéis e relatórios gerenciais da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; **d)** convocar a Assembleia Geral; **e)** manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; **f)** escolher e destituir os auditores independentes; **g)** aprovar a outorga de garantias reais ou fidejussórias; **h)** estabelecer os critérios que devem prevalecer na aplicação das disponibilidades financeiras; **i)** aprovar a celebração, alteração ou extinção dos contratos firmados entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas, incluindo sociedades coligadas ou controladas pelos acionistas, bem como contratos entre a Companhia e pessoas físicas ou jurídicas vinculadas aos acionistas ou aos administradores da Companhia; **j)** aprovar a abertura do capital da Companhia e fixar as respectivas condições; **k)** aprovar a estrutura administrativa e de pessoal da Companhia proposta pela Diretoria; **l)** manifestar-se sobre a estrutura e o fechamento de filiais, agências e escritórios no Brasil ou no exterior; **m)** propor alterações do Estatuto Social; **n)** definir a remuneração individual de cada um de seus membros, bem como de cada membro da Diretoria, respeitados os limites fixados pela Assembleia Geral; **o)** com base na determinação da Assembleia Geral, declarar a suspensão e o restabelecimento do exercício dos direitos dos acionistas; **p)** aprovar anualmente o plano de atividades, o orçamento, plano de investimentos e a estrutura de financiamento da Companhia propostos pela Diretoria; **q)** aprovar os planos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia propostos pela Diretoria; **r)** definir os níveis de competência que deverão ser obedecidos pelos Diretores da Companhia para a realização de qualquer operação envolvendo a aquisição, a alienação ou a oneração de bens da Companhia e/ou para a celebração de contratos; **s)** aprovar a operação envolvendo a aquisição, a alienação ou a oneração de bens da Companhia e/ou a celebração de contratos que excedam os níveis de competência fixados de acordo com o disposto na letra (r) anterior; **t)** elaborar proposta de mudança da política de dividendos; **u)** deliberar sobre a emissão de Notas Promissórias (commercial paper) e debêntures não conversíveis para colocação pública no País e no exterior, de acordo com a regulamentação aplicável da CVM em vigor, até o montante máximo de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). **Parágrafo Primeiro -** A validade e eficácia de deliberação que tenha por objeto qualquer das matérias mencionadas nas letras (b), (g), (h), (i), (j), (p), (q), (r), (s) e (u) deste artigo 12 dependerá do voto favorável de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Administração. **Parágrafo Segundo -** Em relação aos atos previstos nos demais itens acima, a sua aprovação dependerá da obtenção de votos favoráveis da maioria dos membros do Conselho de Administração. **Seção II - Diretoria: Artigo 13 -** A Companhia terá uma Diretoria à qual competirá a administração e a gestão dos negócios sociais, no dia a dia da Companhia, além da prática de todos os atos que se relacionem com o objeto da Companhia, inclusive a elaboração dos planos de que tratam as letras (p) e (q) do artigo 12, e ainda, os relatórios gerenciais mensais a serem submetidos ao Conselho de Administração. **Parágrafo Primeiro -** A Diretoria será composta por até 04 (quatro) Diretores, todos residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração com o voto favorável da maioria simples de seus membros, com mandato unificado de 02 (dois) anos, admitida a reeleição, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, 1 (um) Diretor Executivo e 1 (um) Diretor sem designação específica. O mandato dos Diretores se estenderá até a investidura de seus sucessores. Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante termo lavrado e assinado no livro próprio da Companhia. **Parágrafo Segundo -** No caso de vacância de qualquer cargo na Diretoria, o Conselho de Administração deverá imediatamente convocar reunião com o propósito de eleger o novo Diretor para preencher o cargo vago. **Artigo 14 -** A representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, competirá a 02 (dois) Diretores, sempre atuando em conjunto, ou ainda por 01 (um) Diretor em conjunto com um procurador, ou ainda por 02 (dois) procuradores, devidamente nomeados para esse fim, observado o disposto nos parágrafos deste artigo. **Parágrafo Primeiro -** Todos os atos que envolvam responsabilidades e obriguem a Companhia serão sempre praticados (i) conjuntamente por 02 (dois) Diretores, ou (ii) conjuntamente por 01 (um) Diretor e 01 (um) procurador ou por 02 (dois) procuradores, podendo em casos especiais a Companhia ser representada por um único procurador investido de poderes específicos para a prática do ato para o qual foi constituído. Nesses casos, o instrumento de mandato deverá limitar expressamente os poderes outorgados aos procuradores e ser firmado necessariamente por 02 (dois) Diretores. **Parágrafo Segundo -** A Companhia, representada por 02 (dois) Diretores, poderá nomear procuradores para fins específicos. As procurações terão prazo de validade determinado, que não excederá o prazo de 01 (um) ano, salvo aquelas "ad judicium" que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. O substabelecimento das procurações "ad negotia" é vedado. **Parágrafo Terceiro -** Sem prejuízo das atribuições da Diretoria em conjunto, são atribuições próprias dos Diretores em função do respectivo cargo: I. Diretor Presidente: a) supervisionar e dirigir os trabalhos da Companhia; b) coordenar, orientar, acompanhar e supervisionar os demais membros da Diretoria; c) implantar e garantir a execução das políticas da Companhia; e d) submeter ao Conselho de Administração todos os assuntos que requeiram exame e aprovação do Conselho de Administração. II. Diretor de Relações com Investidores: a) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores e mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições, conforme requerido pela regulamentação; e b) representar a Companhia perante a CVM, as bolsas de valores e demais entidades do mercado de capitais, conforme o caso. III. Diretor Executivo: a) responsabilizar-se pela coordenação e condução dos assuntos internos e organizacionais da Companhia; e b) supervisionar as áreas comercial, operacional, planejamento e projetos e de obras e investimentos. **Artigo 15 -** Os Diretores, caso convocados, poderão participar das reuniões do Conselho de Administração, sem que lhes seja conferido o poder de voto. **Capítulo V - Conselho Fiscal: Artigo 16 -** A Companhia terá um conselho fiscal, que funcionará em caráter não permanente, composto de um mínimo de 03 (três) e um máximo de 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, conforme deliberação da Assembleia Geral, que decidirá pela instalação do Conselho Fiscal, com as atribuições previstas em lei. A Assembleia Geral que instalar o Conselho Fiscal fixará a remuneração de seus membros. **Capítulo VI - Exercício Social, Demonstração Financeira e Destinação do Lucro: Artigo 17 -** O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, data na qual serão levantadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo, nos termos da legislação aplicável, a serem apresentadas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral. **Artigo 18 -** Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, até que a mesma atinja 20% (vinte por cento) do Capital Social. **Parágrafo Primeiro -** Do saldo restante dos lucros, efetuada a dedução de que trata o artigo anterior, será distribuído um dividendo não inferior de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, pagável no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua deliberação em Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo -** Do saldo restante do lucro líquido do exercício, até 1% (um por cento) será aplicado na constituição de reserva de restituição de capital aos acionistas, cujo objetivo será exclusivamente o de reembolsar o capital investido na Companhia pelos acionistas em caso de extinção da concessão pelo Poder Concedente, a qual poderá ser utilizada somente para tal finalidade, até que a mesma atinja 0,5% (meio por cento) do Capital Social. O saldo remanescente do lucro líquido terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral. **Artigo 19 -** A Companhia poderá declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários à conta de (i) balanço patrimonial anual ou semestral, ou (ii) lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Parágrafo Primeiro -** O Conselho de Administração poderá, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais. **Parágrafo Segundo -** A Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio. **Parágrafo Terceiro -** Os dividendos intermediários e/ou intercalares e os juros sobre capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. **Artigo 20 -** Os dividendos distribuídos e não reclamados no prazo de 3 (três) anos reverterão em favor da Companhia. **Capítulo VII - Liquidação: Artigo 21 -** A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou quando autorizada pela Assembleia Geral, na forma prevista na letra (g) do artigo 9º, a qual caberá determinar o modo pelo qual deva ser processada a liquidação e a nomeação do liquidante. **Capítulo VIII - Disposições Finais: Artigo 22 -** Em nenhuma hipótese, a Companhia poderá contrair empréstimo ou celebrar qualquer outro tipo de contrato financeiro, cujo prazo de amortização possa exceder o termo final do contrato de Concessão. **Artigo 23 -** Eventuais transferências de ações ordinárias que importem na mudança do controle acionário deverão respeitar o artigo 27 da Lei nº 8.987/95, havendo sempre, prévia concordância do Poder Concedente. **Parágrafo Único -** Quaisquer processos de fusão, associação, incorporação ou cisão pretendidos pela Companhia estão sujeitos à aprovação prévia pelo Poder Concedente, observadas as condições de controle da Companhia. **Artigo 24 -** Até o dia 30 de abril de cada ano (Data de Verificação), os acionistas deverão certificar-se sobre a eventual necessidade de aprovar, na forma prevista neste Estatuto, aumento do capital social da Companhia, para que este corresponda a, pelo menos, 10% (dez por cento) sobre o valor total dos investimentos realizados nesse exercício, acrescidos de 10% (dez por cento) do valor dos investimentos a serem realizados até o final do exercício social em que a referida verificação for efetuada. **Artigo 25 -** Toda vez que ocorram perdas que reduzam o patrimônio da Companhia a um valor inferior à terça parte do capital social, os acionistas deverão aumentá-lo de forma a evitar a dissolução da Companhia. **Junta Comercial do Rio de Janeiro -** Certifico o arquivamento em 08/03/2021 sob o nº 00004027678. Protocolo 00-2021/056896-8 em 05/03/2021. Bernardo Feijó Sampaio Berwanger - Secretário Geral.

Rio de Janeiro

<p>NOVA INFRAESTRUTURA GASODUTOS PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ/ME nº 21.375.343/0001-00 - NIRE 33.3.0031390-7 Companhia Fechada</p> <p>EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA NOVA INFRAESTRUTURA GASODUTOS PARTICIPAÇÕES S.A., A SER REALIZADA EM 3 DE MARÇO DE 2022. NOVA INFRAESTRUTURA GASODUTOS PARTICIPAÇÕES S.A. ("Emissora") convoca os titulares das debêntures em circulação objeto da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da Emissora ("Emissão", "Debêntures" e "Debenturistas", respectivamente), nos termos da Cláusula 9.3 do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Nova Infraestrutura Gasodutos Participações S.A.", celebrado em 27 de abril de 2021 entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 36.113.876/0001-91 ("Agente Fiduciário"), incluindo seu 1º (primeiro) aditamento celebrado em 10 de maio de 2021 entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Nova Transportadora do Sudeste S.A., na qualidade de fiadora, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 04.992.714/0001-84 ("Garantidora" e "Escritura de Emissão"), e dos artigos 71, §§1º e 2º, e 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a ser realizada no dia 3 de março de 2022, às 11:30 horas, de modo exclusivamente digital ("AGD"), conforme prerrogativa prevista na Cláusula 9.11 da Escritura de Emissão e na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 625, de 14 de maio de 2020 ("Instrução CVM 625") e será considerada, nos termos do art. 3º, §2º da Instrução CVM 625, como realizada na sede da Emissora, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sa Biernrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, Bloco 2, 2 e 3º andares, salas 201 a 204 e 301 a 304, Jacarepaguá, CEP nº 22775-028. Ordem do Dia: Deliberar, nos termos da Cláusula 9.6 da Escritura de Emissão e observado o quórum mínimo de aprovação de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão), sobre as seguintes matérias, por todos os Debenturistas, em conjunto: (i) a renúncia prévia ao direito de declaração do vencimento antecipado em razão do não atendimento, pela Emissora, de um dos Índices Financeiros (conforme definido na Escritura de Emissão), qual seja, o índice financeiro previsto na Cláusula 6.3(XIII)(a) da Escritura de Emissão, calculado <i>pro forma</i> com base na última versão das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora (conforme definido na Escritura de Emissão), após a captação de Novos Recursos (conforme definido na Escritura de Emissão) pela Emissora, e considerando como se a respectiva captação de Novos Recursos tivesse ocorrido no último dia de tais Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora, nas apurações realizadas com base na Demonstração Financeira Consolidada da Emissora referente ao exercício social de 2021 ("Apuração de Índices Objeto de Waiver"), de forma que nenhuma Apuração de Índice Objeto de Waiver, de forma isolada ou combinada com quaisquer outras apurações de Índices Financeiros durante a vigência das Debêntures, resulte ou possa vir a resultar, em um evento de vencimento antecipado das Debêntures. A renúncia de que trata este item estará condicionada à verificação de que o não atendimento do índice financeiro da Cláusula 6.3(XIII)(a) da Escritura de Emissão, pela Emissora, decorre única e exclusivamente de captações de Novos Recursos realizadas, conjunta ou isoladamente e até a implementação da Incorporação Reversa (conforme definido na Escritura de Emissão), através (a) da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da Emissora, no montante total de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), garantida por fiança da Garantidora, a ser realizada nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") ("2ª Emissão de Debêntures"); (b) da emissão de notas comerciais, nos termos da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021 ("Lei 14.195"), para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, pela Emissora, no montante total de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), a ser garantida por fiança ou aval da Garantidora, nos termos da Lei 14.195 e da Instrução CVM 476, em termos e condições comercialmente semelhantes a aqueles aplicáveis à 2ª Emissão de Debêntures ("Emissão de Notas Comerciais"); e/ou (c) da contratação de um ou mais financiamentos e/ou empréstimos externos pela Emissora, com garantia da Garantidora, nos termos da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, junto a certas instituições financeiras, bancos ou investidores estrangeiros, no montante total máximo agregado de USD 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), com prazo máximo de vencimento de 5 (cinco anos), a serem convertidos para moeda corrente nacional mediante a contratação de operações de derivativos ("Contratação de Financiamentos Estrangeiros" e, em conjunto com a 2ª Emissão de Debêntures e a Emissão de Notas Comerciais, a "Captação de Novos Recursos"); considerando, para fins da Apuração de Índice Objeto de Waiver, a Captação de Novos Recursos tivesse ocorrido no último dia do exercício social de 2021; (ii) em decorrência da renúncia referente ao item "(i)" acima, a também renúncia prévia à obrigatoriedade de fornecimento, seja pela Emissora e/ou pela Garantidora, ao Agente Fiduciário, do relatório e da declaração a que se referem, respectivamente, os itens "(a)" e "(b)" da Cláusula 71 (II) da Escritura de Emissão, após a realização de uma Captação de Novos Recursos, inclusive considerando a presença do Agente Fiduciário na AGD; e (iii) a autorização à</p>	<p>Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento da deliberação referente às matérias indicadas nos itens "(i)" e "(ii)" desta ordem do dia. Procedimentos Aplicáveis à Realização Digital: Em atendimento à Instrução CVM 625, apresentamos abaixo os procedimentos aplicáveis à realização da AGD por meio digital: 1 - Acesso e utilização do Sistema Eletrônico. A AGD será realizada através de plataforma digital ("Microsoft Teams", que possibilitará a participação remota dos Debenturistas. O conteúdo da AGD será gravado pela Emissora. Para participarem da AGD, os Debenturistas deverão enviar até 2 (dois) dias antes de sua realização (i.e., até 1 de março de 2022), para os e-mails manoel.cardoso@ntsbrasil.com, luiza.fridman@ntsbrasil.com e ger2.agente@oliveiratrust.com.br: (i) a confirmação de sua participação acompanhada dos CPFs em caso de pessoa física e, CNPJs de empresas ou dos fundos dos Debenturistas, conforme o caso; (ii) a indicação dos representantes que participarão da AGD, informando seu CPF, telefone e e-mail para contato; e (iii) as cópias dos respectivos documentos de comprovação de poderes, conforme item 3 abaixo. A Emissora e/ou o Agente Fiduciário enviará até 2 (duas) horas antes da realização da AGD, um e-mail ao respectivo Debenturista contendo as orientações para acesso e os dados para conexão ao sistema eletrônico para cada um dos Debenturistas que tiverem confirmado a participação, conforme acima indicado. Caso determinado Debenturista esteja com problemas de acesso à plataforma ou não tenha recebido o convite individual para participação na AGD com até 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da AGD, deverá entrar em contato com a Emissora pelo telefone (21) 99540-5556 ou (21) 98766-6979, com no mínimo 1 (uma) hora de antecedência em relação ao horário de início da AGD para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do Debenturista seja liberado mediante o envio de novo convite individual. Caso o Debenturista tenha dúvidas gerais relacionadas à AGD, deve entrar em contato com a Emissora pelo telefone (21) 99540-5556 ou (21) 98766-6979. No dia de realização da AGD, os Debenturistas deverão se conectar com 30 (trinta) minutos de antecedência munidos de documento de identidade e dos documentos previamente encaminhados por e-mail, os quais poderão ser exigidos pelo Agente Fiduciário. A Emissora e o Agente Fiduciário não se responsabilizarão por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos Debenturistas. Os Debenturistas que participarem via "Microsoft Teams", de acordo com as instruções da Emissora, serão considerados presentes na AGD e deverão ser considerados assinantes da ata e do livro de presença. 2 - Admissão de Instrução de Voto à Distância. O Debenturista poderá exercer seu direito de voto à distância, por meio do preenchimento do Boletim de Voto à Distância, o qual está disponível na página da rede mundial de computadores da Emissora (https://www.brookfield.com/documentos-de-conformidade) e do Agente Fiduciário (https://webapp.oliveiratrust.com.br/home). Para que o Boletim de Voto à Distância seja considerado válido, é imprescindível: (i) o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do debenturista e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de endereço de e-mail para eventuais contatos; e (ii) a assinatura ao final do Boletim de Voto à Distância do Debenturista ou seu representante legal, conforme o caso, e nos termos da legislação vigente. A Emissora exigirá que os Boletins de Voto à Distância sejam rubricados e assinados com a certificação digital ou reconhecidas por outro meio que garanta sua autoria e integridade, conforme §2º do artigo 8º da Instrução CVM 625. Será aceito o Boletim de Voto à Distância que for enviado, com até 2 (dois) dias de antecedência da data de realização da AGD, juntamente com os documentos listados no item 3 abaixo, aos cuidados da Emissora e/ou ao Agente Fiduciário, para os e-mails manoel.cardoso@ntsbrasil.com, luiza.fridman@ntsbrasil.com e ger2.agente@oliveiratrust.com.br. Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto acima mencionada e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação da assembleia via acesso ao link, o Debenturista caso queira, poderá votar na AGD, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. 3 - Depósito Prévio de Documentos. Os Debenturistas deverão enviar aos endereços eletrônicos manoel.cardoso@ntsbrasil.com, luiza.fridman@ntsbrasil.com e ger2.agente@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, com até 2 (dois) dias de antecedência da data de realização da AGD, os seguintes documentos: (i) quando pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do debenturista (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteira de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal do debenturista; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; (iii) quando fundo de investimento, (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia Geral de Debenturistas; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; e (vi) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD, obedecidas as condições legais. Em todo caso, os Debenturistas ou seus representantes legais, munidos dos documentos exigidos acima, poderão participar da assembleia ainda que tenha deixado de depositá-los previamente, desde que os apresentem até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos, conforme § 2º, artigo 4º, da Instrução CVM 625. Os termos iniciados por letra maiúscula utilizados nesta ata que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão, Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022. NOVA INFRAESTRUTURA GASODUTOS PARTICIPAÇÕES S.A.</p>
--	--

<p>CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A. CNPJ/ME 18.201.378/0001-19 - NIRE: 33.3.0030772-9</p> <p>CONVOCAÇÃO - AGE: Convidamos os Srs. representantes dos Acionistas a se reunirem em AGE a ser realizada no dia 10/03/2022, às 14h, de forma exclusivamente digital, disponibilizando-se o ambiente virtual àqueles que comprovarem sua qualidade de acionistas (e, em caso de procuradores, apresentarem a respectiva procuração), por solicitação a ser enviada ao e-mail juridico@vltrio.com.br, sendo permitido o envio de manifestação de voto ao referido e-mail, para deliberarem sobre (i) critérios gerais de remuneração da Cia., relativos ao exercício de 2022; e (ii) realização de aumento de capital no valor de até R\$ 40.000.000,01 na Cia, nos termos da cláusula 3.2 do Acordo de Acionistas. Os documentos pertinentes à deliberação estão à disposição dos Acionistas, na sede da Cia., podendo ser enviados por e-mail. As procurações outorgadas aos representantes dos acionistas que participarão do ato, cujos mandatos já não estejam arquivados na sede da Cia., acompanhadas dos demais documentos de representação das acionistas, deverão ser encaminhadas ao e-mail juridico@vltrio.com.br com no mínimo 30 minutos de antecedência da abertura dos trabalhos. Ary Azevedo Franco Neto - Presidente do Conselho de Administração.</p>
--

São Paulo

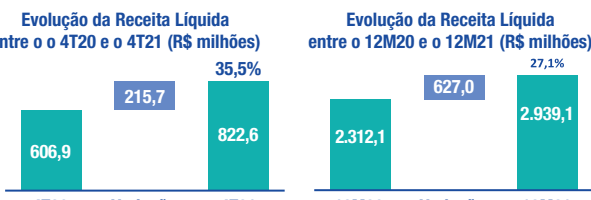


Aegae Saneamento e Participações S.A.

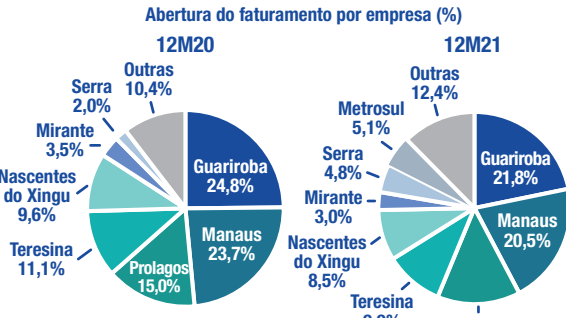
CNPJ nº 08.827.501/0001-58

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Os gráficos a seguir demonstram o crescimento da receita líquida entre os trimestres e os períodos acumulados:



Os gráficos a seguir demonstram a abertura do faturamento por concessionária, evidenciando o aumento da contribuição das concessionárias mais recentes com uma distribuição mais balanceada:

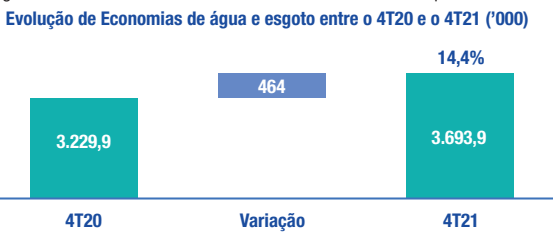


ECONOMIAS*

No 4T21, a Aegae alcançou 3,7 milhões de economias ativas, um aumento de 14,4% em relação ao 4T20, sem considerar o número de economias da nossa coligada Águas do Rio. O número de domicílios atendidos com coleta e tratamento de esgoto apresentou um crescimento de 33,1%, atingindo 1,8 milhão. O aumento da base de clientes está associado, principalmente: (i) Ao início das operações das PPPs Ambiental MS Pantanal (MS) e Ambiental Cariacica (ES), que adicionaram 338,5 mil novas economias e foram responsáveis por 77,8% do incremento total; (ii) À expansão da rede nas demais PPPs, em ordem de representatividade: Ambiental Metrosul, Serra Ambiental, Vila Velha Ambiental e Águas do Mirante, responsáveis por 14,1% do incremento; e (iii) À expansão da rede em Águas Guarirôba, Prolagos, Águas de Manaus e Águas de Teresina, responsáveis por 5,2% do incremento. O número de domicílios atendidos com água apresentou um aumento de 1,4% em comparação com o 4T20, atingindo 1,9 milhão. As concessionárias Águas de Manaus, Prolagos e Águas Guarirôba foram responsáveis por 62,6% deste aumento enquanto a parcela remanescente está relacionada à expansão da rede de cobertura e ao crescimento vegetativo das demais concessões.

Economias ativas	4T21	4T20	Δ %
Água	1.936.083	1.909.368	1,4%
Esgoto	1.757.859	1.320.483	33,1%
Total	3.693.942	3.229.851	14,4%

O gráfico a seguir demonstra o crescimento das economias totais entre os períodos analisados:



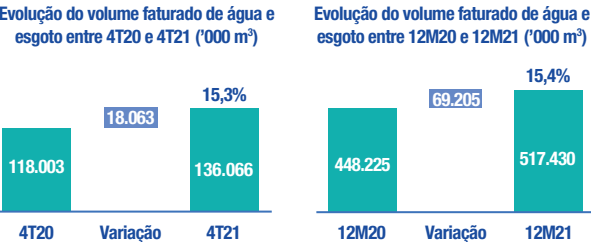
Economias: Imóvel de uma única ocupação, ou subdivisão de imóvel com ocupação independente das demais, plenamente identificável ou comprovável em função da finalidade de sua ocupação legal, dotado de instalação privativa ou comum para o uso dos serviços de abastecimento de água ou de coleta de esgoto. Ex: um prédio com 10 apartamentos possui uma ligação e 10 economias.

VOLUME FATURADO

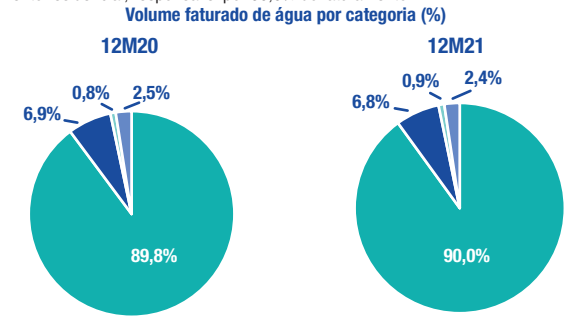
No 4T21, o volume faturado total atingiu 136,066 mil m³, um aumento de 15,3% em relação ao 4T20. O volume faturado de esgoto apresentou crescimento de 43,1% na comparação com o 4T20, em função: (i) Do início das operações das novas PPPs Ambiental MS Pantanal e Ambiental Cariacica, que contribuíram com 79,6% do crescimento no volume total faturado de esgoto; e (ii) Da operação da PPP Ambiental Metrosul, que completou um ano de operações em dez/21 e foi responsável por 21,7% da variação total no período; e (iii) Das expansões de rede e crescimento vegetativo nas demais concessões. O volume faturado de água no 4T21 apresentou um crescimento de 1,5%. As unidades de Águas de Manaus, Águas de Teresina e Prolagos foram responsáveis pelo aumento. No 12M21, o volume faturado total atingiu 517,430 mil m³, um aumento de 15,4% em relação ao 12M20. O volume faturado de esgoto no 12M21 apresentou um crescimento de 39,3% na comparação com o 12M20 devido aos mesmos eventos do trimestre, assim como o crescimento de 4,2% no volume faturado de água nos mesmos períodos. A tabela abaixo ilustra a comparação do volume faturado entre os trimestres e os períodos acumulados:

Volume faturado* (0 0 0 m³)	4T21	4T20	Δ %	12M21	12M20	Δ %
Água	80.047	78.869	1,5%	317.337	304.561	4,2%
Esgoto	56.019	39.134	43,1%	200.092	144.664	39,3%
Total	136.066	118.003	15,3%	517.430	448.225	15,4%

Os gráficos a seguir apresentam a evolução do volume faturado de água e esgoto entre os trimestres e os períodos acumulados:



O gráfico a seguir demonstra o volume faturado de água por categoria. A maior concentração de clientes está no segmento residencial, responsável por 90,0% do faturamento.

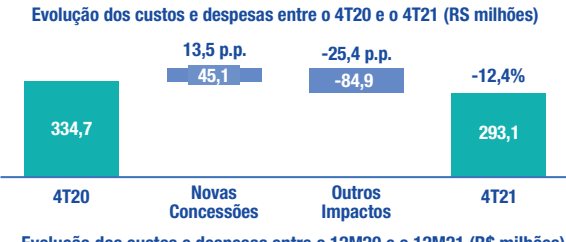


CUSTOS E DESPESAS

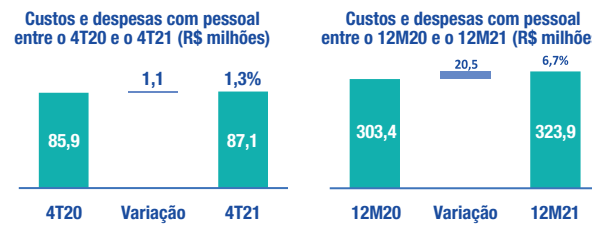
No 4T21, os custos e despesas, descontados os efeitos da amortização e depreciação e os custos de construção sem margem, totalizaram R\$ 293,1 milhões, uma redução de R\$ 41,6 milhões ou 12,4% na comparação com o 4T20. Essa redução é decorrente, principalmente, da declaração de dividendos intercalares de Águas do Rio, no montante de R\$ 61,2 milhões. Excluindo este efeito, os custos e despesas do 4T21 apresentaram um aumento de R\$ 10,2 milhões ou 5,9% em função dos custos e despesas com as novas PPPs, dos impactos nos custos e despesas causados pela inflação, e do aumento dos custos com energia em função de alteração nas bandeiras tarifárias. No 12M21, os custos e despesas, excluindo o efeito não-recorrente em Águas de Manaus e descontados os efeitos da amortização e depreciação e os custos de construção sem margem, totalizaram R\$ 1.180,5 milhões, um aumento de 12,2%, ou de R\$ 128,4 milhões na comparação com o 12M20. Excluindo os dividendos intercalares de Águas do Rio, o aumento é de R\$ 189,6 milhões ou 18,0% em função dos mesmos motivos citados anteriormente. Na tabela a seguir detalhamos as variações das linhas de custos e despesas entre os trimestres e os períodos acumulados:

Custos e Despesas* (0 0 0)	4T21	4T20	Δ %	12M21	12M20	Δ %
Pessoal	(87.094)	(85.944)	1,3%	(323.850)	(303.375)	6,7%
Serviços de terceiros	(61.055)	(68.016)	-10,2%	(196.028)	(181.507)	8,0%
Conservação e manutenção	(5.725)	(10.244)	-44,1%	(35.994)	(39.372)	-8,6%
Materiais, equipamentos e veículos	(8.575)	(6.613)	29,7%	(37.104)	(22.978)	61,5%
Custo de concessão	(8.599)	(7.320)	17,5%	(34.711)	(30.078)	15,4%
Energia Elétrica	(77.507)	(63.502)	22,1%	(274.095)	(239.486)	14,5%
Produtos químicos	(11.631)	(8.408)	38,3%	(47.471)	(39.673)	19,7%
PECLD	(31.098)	(24.125)	28,9%	(100.944)	(85.520)	18,0%
Provisão para demandas judiciais	(3.616)	(27.487)	-86,8%	(16.253)	(38.374)	-57,6%
Custo de Construção*	(27.845)	(5.026)	454,0%	(113.743)	(19.112)	495,1%
Impostos, taxas e contribuições	(3.175)	(1.469)	116,1%	(7.563)	(4.467)	69,3%
Outros	(32.826)	(28.525)	15,1%	(129.235)	(48.180)	115,0%
Subtotal ex. efeito não recorrente	(293.094)	(334.716)	-12,4%	(1.180.507)	(1.052.122)	12,2%
Crédito PIS/COFINS Águas de Manaus	-	-	0,0%	-	72.211	-100,0%
Subtotal	(293.094)	(334.716)	-12,4%	(1.180.507)	(979.911)	20,5%
Depreciação e Amortização	(82.118)	(64.103)	28,1%	(325.943)	(261.631)	24,6%
Total	(375.212)	(398.819)	-5,9%	(1.506.450)	(1.241.542)	21,3%

Os gráficos a seguir apresentam a evolução dos custos e despesas entre os trimestres e os períodos acumulados:



Personas: No 4T21, os custos e despesas com pessoal totalizaram R\$ 87,1 milhões, um crescimento de 1,3% em comparação com o 4T20. Esse aumento é decorrente, principalmente, do início das operações das novas PPPs. No 12M21, os custos e despesas totalizaram R\$ 323,9 milhões, um crescimento de 6,7% na comparação com o 12M20 devido ao mesmo fato apresentado no trimestre.

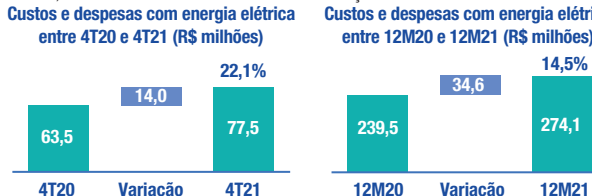


A Companhia encerrou o 4T21 com 6.000 colaboradores, um acréscimo 846 colaboradores em relação ao 4T20, com destaque para o incremento de: (a) 334 colaboradores nas PPPs Ambiental Metrosul, Ambiental Cariacica e Ambiental MS Pantanal; (b) 341 colaboradores nas concessões Águas de Teresina e Águas Guarirôba; e (c) 120 colaboradores distribuídos entre a Holding e o Centro Administrativo Aegae.

Evolução do quadro de colaboradores totais

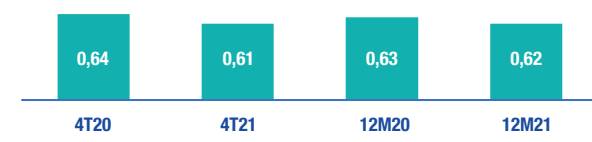


Energia: No 4T21, os gastos com energia elétrica totalizaram R\$ 77,5 milhões, um aumento de 22,1% na comparação com o 4T20 em função, principalmente: (i) Do início das operações das novas PPPs Ambiental Metrosul, Ambiental MS Pantanal e Ambiental Cariacica, responsáveis por um incremento de R\$ 2,8 milhões ou 20,0% do aumento total; e (ii) Da mudança na bandeira tarifária. No 4T20, a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) manteve a bandeira verde como medida emergencial de auxílio aos consumidores e ao setor elétrico em meio à pandemia, o que não se repetiu no 4T21. Além disso, em agosto de 2021, a agência criou a bandeira tarifária de escassez hídrica. No 12M21, os gastos com energia elétrica totalizaram R\$ 274,1 milhões, um aumento de 14,5% na comparação com 2020, em função dos mesmos eventos que impactaram os resultados do 4T21. Cabe ressaltar que tais eventos foram parcialmente compensados pela estratégia da Companhia de aumentar o volume de energia contratado no Mercado Livre, que passou de 59,9% no 12M20 para 66,0% no 12M21, complementado com o início do uso de energia por Geração Distribuída em 2021, responsável por mais 1,3% do consumo da Companhia. Ambas as modalidades de contratação são amparadas em fontes 100% renováveis de energia, a saber, eólica no Mercado Livre e solar em Geração Distribuída.



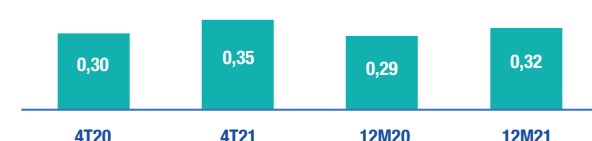
No 4T21, o consumo unitário de energia apresentou uma redução de 4,9% comparado ao 4T20 e encerrou o trimestre em 0,61 kWh/m³. Essa redução é resultado da implementação de melhorias operacionais buscando a redução do consumo unitário de energia nas concessões, com destaque para o desempenho da Águas de Manaus. No 12M21, o consumo unitário de energia apresentou uma redução de 1,6% em comparação ao 12M20.

Consumo de energia elétrica (kWh/m³)



No 4T21, período em que a bandeira tarifária foi a bandeira de escassez hídrica, os custos e despesas unitários de energia elétrica foram de R\$ 0,35/m³, ou seja, 14,3% acima do verificado no 4T20, quando a bandeira era verde. O resultado foi parcialmente compensado pela adoção de medidas para a redução dos custos unitários de energia nas concessões, incluindo a contratação de energia na modalidade mercado livre e geração distribuída, com custo inferior. No 12M21, os custos e despesas unitários de energia elétrica somaram R\$ 0,32/m³, um crescimento de 9,4% comparado ao 12M20 devido aos mesmos fatores pontuados no resultado trimestral.

Custos e despesas unitários de energia elétrica (R\$/m³)¹



¹ A base para o cálculo do custo unitário (R\$/m³) inclui somente os custos de energia elétrica para produção de água e para tratamento de esgoto, e exclui despesas de energia administrativas.

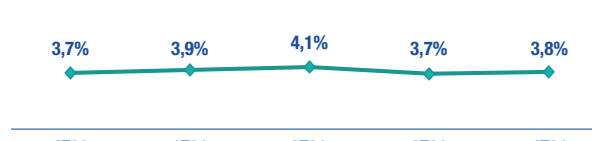
Serviços de terceiros: No 4T21, os custos e despesas com serviços de terceiros totalizaram R\$ 61,1 milhões, uma redução de 10,2% comparado ao 4T20 em decorrência da redução das despesas com consultorias, que mais do que compensaram o aumento em serviços de terceiros com as novas PPPs. No 12M21, os custos e despesas com serviços de terceiros totalizaram R\$ 196,0 milhões, um crescimento de 8,0% comparado ao 12M20 em decorrência, principalmente, dos custos operacionais com as novas PPPs, representando R\$ 22,0 milhões, o que foi parcialmente compensado pela redução das despesas com consultorias.

Perdas Esperadas em Créditos de Liquidação Dividenda - PECLD: No 4T21, as despesas com PECLD totalizaram R\$ 31,1 milhões, um aumento de 28,9% na comparação com o mesmo trimestre de 2020, decorrente, principalmente, da revisão anual da provisão de PECLD em Águas de Manaus, que aumentou em linha com o crescimento do faturamento nos últimos anos. Este aumento foi parcialmente compensado pelos resultados dos programas de recuperação de clientes e redução da PECLD nas demais concessões. No 12M21, as despesas com PECLD totalizaram R\$ 100,9 milhões, um aumento 18,0% na comparação com o 12M20 em função do maior volume de provisões em Águas de Manaus, como mencionado anteriormente.

INADIMPLÊNCIA

No período acumulado dos últimos doze meses findos no 4T21, a inadimplência foi de 3,8%, praticamente em linha com a inadimplência verificada no 4T20. Destacam-se os programas de recuperação de clientes, como o Vem com a Gente, o Águas Legal, o Fêirico Contam em Dia, o Zera Dívida e a retomada dos cortes nas concessionárias que contribuíram para a manutenção da inadimplência abaixo de 4%.

Inadimplência UDM¹

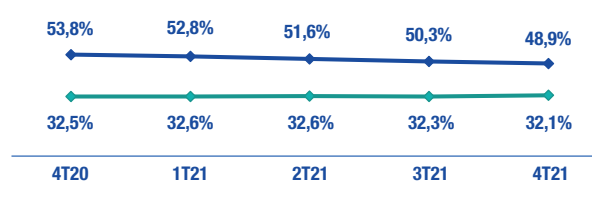


¹ Cálculo da inadimplência: receita bruta excluídos cancelamentos/custos e despesas de PECLD. Exclui as PPPs de Serra, Vila Velha, Cariacica, Metrosul, MS Pantanal e Mirante.

ÍNDICE DE PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

No 4T21, o índice de perdas consolidado da Aegae atingiu 48,9%, uma redução de 4,9 p.p. na comparação com o 4T20. Essa redução é resultado de esforços implementados pela Companhia na redução de perdas físicas e comerciais na distribuição de água nas concessões, especialmente em Águas de Teresina e Águas de Manaus, concessões mais recentes e com índices de perda superiores aos ativos mais maduros. Considerando apenas as concessionárias mais maduras, o índice de perdas da Companhia atingiu 32,1% no 4T21, uma redução de 0,4 p.p. em relação ao 4T20. A seguir a evolução: (i) do índice de perdas consolidado; e (ii) do índice de perdas das concessões maduras, ou seja, excluindo as subsidiárias Águas de Teresina e Águas de Manaus.

Índice de Perdas na Distribuição de Água²



² IN049 (SNIS) - Cálculo Índice Perdas na Distribuição (%): (Vol. de água Produzido (m³) + Vol. de água Tratada Importado (m³) - Vol. Água Serviço (m³)) / Vol. Água Consumido (m³) / (Volume de água Produzido (m³) + Volume de água Tratada Importado (m³) - Vol. Água Serviço (m³)).

RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL - ÁGUAS DO RIO

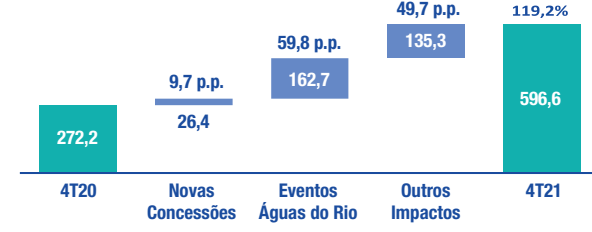
Os resultados das coligadas Águas do Rio 1 SPE S.A. e Águas do Rio 4 SPE S.A., juntas Águas do Rio, não são consolidadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, sendo seus resultados contabilizados via equivalência patrimonial. A Águas do Rio iniciou suas operações em novembro de 2021. Com apenas dois meses de operação, as SPEs 1 e 4, juntas, registraram Resultado Líquido (lucro) de R\$ 157,9 milhões no 4T21 e de R\$ 141,2 milhões no 12M21. (ii) Na Aegae foram contabilizados R\$ 67,0 milhões no 4T21 e R\$ 63,7 milhões no 12M21 via equivalência patrimonial. Do ponto de vista de investimentos, a Águas do Rio anunciou no primeiro dia de operações o programa "Obras de 100 dias", com pelo menos uma obra em cada um dos 27 municípios de atuação, com rápida solução e alto impacto. O sistema infra inteligente já mapou 100% dos ativos com detalhes em relação ao seu estado de conservação. O programa "Vem com a Gente", de muito sucesso em Manaus, já começou a ser implantado com 14 frentes de trabalho. Até o momento, a Águas do Rio teve um aumento de 14% nas economias versus o planejado originalmente. Além disso, o volume faturado apresentou um crescimento de 17% versus o plano original. Maiores informações sobre os resultados de Águas do Rio 1 e 4 podem ser verificados nos *Earnings Releases* dessas empresas disponíveis no site de RI da Aegae: <https://riaegae.com.br/debentures-companhias-abertas/aguas-do-rio/> e <https://riaegae.com.br/debentures-companhias-abertas/aguas-do-rio-4/>.

Resultado de Equivalência Patrimonial* (0 0 0)	4T21	12M21
Águas do Rio 1	753	(1.167)
Águas do Rio 4	66.261	64.841
Total	67.014	63.674

EBITDA

No 4T21, o EBITDA foi de R\$ 596,6 milhões, um aumento de 119,2% ou de R\$ 324,4 milhões na comparação com o 4T20. Este resultado é decorrente, principalmente: (i) do aumento no volume faturado, dos reajustes tarifários ocorridos e do crescimento na receita de contraprestação das PPPs, fatores que combinados agregaram R\$ 162,0 ao crescimento do EBITDA; (ii) dos impactos positivos decorrentes de Águas do Rio, sendo os principais R\$ 67,0 milhões de Equivalência Patrimonial e R\$ 61,2 milhões de dividendos intercalares. Com isso, a Margem EBITDA consolidada da Aegae atingiu 72,5% no 4T21, um crescimento de 27,7 p.p. em relação ao 4T20. No 12M21, o EBITDA foi de R\$ 1.822,3 milhões, um aumento de 44,6% na comparação com o 12M20, excluindo o efeito não-recorrente relacionado ao êxito no processo judicial de PIS/COFINS em Águas de Manaus, que impactou positivamente o EBITDA do 12M20 em R\$ 72,2 milhões. Este crescimento é decorrente, principalmente, dos eventos elencados anteriormente, ou seja, aumento na receita operacional, equivalência patrimonial e dividendos intercalares declarados de Águas do Rio. A Margem EBITDA do 12M21 ficou em 62,0%, um crescimento de 7,5 p.p. em relação à Margem EBITDA do 12M20 ex. efeito não-recorrente.

Evolução do EBITDA entre 4T20 e 4T21 (R\$ milhões)



Resultados Aegae 4T21

EBITDA atinge R\$ 597 milhões no 4T21, com margem de 73%

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022. A Aegae Saneamento e Participações S.A. ("Aegae" ou "Companhia"), atualmente presente em 154 municípios situados em 13 estados do País, anuncia hoje os resultados do quarto trimestre de 2021 ("4T21") e do ano de 2021 ("12M21"). Também são apresentadas as comparações sobre o desempenho da Companhia entre o 4T21 e o quarto trimestre de 2020 ("4T20") e entre o 12M21 e o ano de 2020 ("12M20"). Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes. Durante o exercício de 2021, a Administração da Companhia realizou ajustes relacionados à aplicação do CPC 04 (R1) - Ativo Intangível e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes em seus registros contábeis de exercícios anteriores. Consequentemente, os valores correspondentes referentes ao 12M20, apresentados neste relatório para fins de comparação, foram ajustados e reapresentados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Maiores informações podem ser verificadas na nota explicativa nº 5 das Demonstrações Financeiras de 2021.

DESTAQUES

- Crescimento de 35,5%, ou R\$ 215,7 milhões, na Receita Líquida*** em relação ao 4T20, atingindo R\$ 822,6 milhões. No mesmo período, as receitas de água cresceram 13,4% e as receitas de esgoto aumentaram 37,9%. Também contribuiu para este resultado o incremento de mais de R\$ 80 milhões na receita de contraprestação das PPPs, refletindo maior volume de investimentos realizados no período;
- EBITDA¹ atinge R\$ 596,6 milhões no 4T21, um crescimento de 119,2% em relação ao 4T20. A Margem EBITDA consolidada da Aegae atingiu 72,5%, um crescimento de 27,7 p.p. em relação ao 4T20.** Contribuiu positivamente para esse resultado, além do aumento do EBITDA das concessionárias, os resultados da coligada Águas do Rio, que entrou em operação em 1º de novembro de 2021, 3 meses antes do prazo contratual previsto;
- Alavancagem Financeira medida pela relação Dívida líquida/EBITDA ficou em 2,76x, uma redução de 0,30x na comparação com o ano anterior;² a Aegae foi Ouro na premiação Época Negócios 360, no setor água e saneamento. A Companhia também ficou em primeiro lugar na categoria água e saneamento no anuário Valor 1000, ranking que traz as melhores de seus setores, e, pelo segundo ano, foi listada no Valor Grandes Grupos - ranking com as 200 maiores organizações do país, ocupando a 8ª posição na categoria Rentabilidade Patrimonial. A Companhia também foi listada na 7ª edição do Prêmio Valor Inovação;**
- A Aegae foi uma das vencedoras da premiação do Instituto de Auditores do Brasil, IIA May Brasil 2021, campanha mundial que analisa e premia as empresas que mostram, da melhor forma, o valor e a importância da auditoria interna;**
- O Relatório Anual de Sustentabilidade da Aegae obteve a segunda melhor pontuação no prêmio Abrasca de Relatório Anual.** Publicado desde 2011 pela Aegae, o Relatório Anual de Sustentabilidade segue as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), reconhecidas mundialmente pela transparência e comprometimento com a integração das informações operacionais aos impactos econômicos, ambientais e sociais;
- No dia 11 de fevereiro de 2022, a Aegae anunciou a oferta vencedora na licitação para prestação dos serviços públicos de esgotamento sanitário e gestão comercial no Crato (CE).** A Concessão tem prazo de 35 anos e será a primeira operação da Aegae no estado do Ceará. Com essa vitória, a Aegae passa a operar em 154 municípios e 13 estados, atendendo 22,4 milhões de habitantes. Esta conquista representa a concretização de mais uma importante etapa do planejamento estratégico da Aegae, que visa o seu crescimento qualificado e a contribuição para o desenvolvimento do saneamento básico no Brasil.

¹ Desconsidera as receitas de construção com margem próxima a zero, contempla as receitas de contraprestação dos contratos das PPPs Ambiental Vila Velha, Ambiental Serra, Ambiental Metrosul e Ambiental Cariacica.

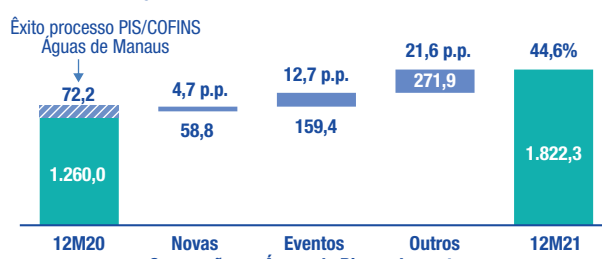
² Não considera as receitas e custos de construção ativo intangível com margem próxima a zero, contempla as receitas de contraprestação dos contratos de PPP e os custos de construção destes contratos.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2021, escrevemos mais um capítulo de nossa bem-sucedida trajetória, iniciada há pouco mais de dez anos, que nos consolida hoje como líder em saneamento privado do Brasil, com 49,5% de participação de mercado, beneficiando mais de 21 milhões de pessoas em 154 cidades. A condução dos nossos negócios é baseada no compromisso de cuidar das pessoas e de levar saúde e dignidade para a população brasileira. Guiados por esse propósito, tão importante para o desenvolvimento nacional e para a vida, em 2021 evitamos que mais de 200 bilhões de litros de esgoto, o equivalente a cerca de 80 mil piscinas olímpicas, fossem despejados na natureza, coletando e tratando o efluente. Nossa linha de perdas de água reduziu de 53,8% para 48,9%, o que se traduziu em 39 bilhões de litros de água poupados, o suficiente para abastecer 970 mil pessoas por 1 ano. Ao mesmo tempo em que cuidamos das pessoas e da natureza evoluímos nos resultados financeiros. Alcançamos, em 2021, R\$ 2,9 bilhões de Receita Líquida, um aumento de 27% em relação a 2020, e EBITDA de R\$ 1,8 bilhão, superior em 45% na mesma comparação (sem efeitos não-recorrentes), o que reduziu nossa alavancagem financeira, calculada pela Dívida Líquida/EBITDA, para 2,76x contra 3,06x em 2020. Registramos também crescimento do lucro líquido, que atingiu R\$ 596,7 milhões, 49% acima do verificado no ano anterior, desconsiderando os efeitos não-recorrentes. Em 2021, avançamos no fortalecimento da estrutura de capital da Companhia, importante pilar para a execução do nosso plano de investimentos. Em 27 de abril, tivemos o ingresso da Aegae na bolsa através da aquisição dos blocos 1 e 4 do leilão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae) pelo Consórcio Aegae. Em um ano em que já estávamos iniciando outras 3 novas operações de esgoto para 3,8 milhões de pessoas, as PPPs Ambiental Cariacica, e Ambiental (ES), Ambiental Metrosul, em 9 municípios na região metropolitana de Porto Alegre (RS), e Cariacica MS Pantanal em 68 cidades no (MS), nos estruturamos, levantamos capital e engajamos os Profissionais Além da Conta necessários para iniciar, as operações da maior concessão do setor privado no Brasil, 3 meses antes do prazo previsto em edital. Através da coligada Águas do Rio, temos o compromisso de levar saneamento de qualidade a 9,8 milhões de pessoas que vivem em 124 bairros da cidade do Rio de Janeiro e em outros 26 municípios do estado fluminense, universal

☆ continuação

Evolução do EBITDA entre 12M20 e 12M21 (R\$ milhões)

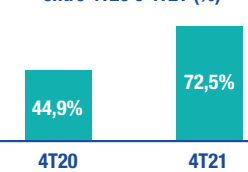


EBITDA ('000)	4T21	4T20	Δ %	12M21	12M20	Δ %
Lucro Líquido ex. efeito não recorrente	224.172	72.770	208,1%	586.728	393.268	49,2%
(+) Crédito PIS/COFINS Águas de Manaus	-	-	0,0%	-	72.211	-100,0%
(-) Atual. Monetária Crédito	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido	224.172	73.006	205,4%	586.728	529.213	10,9%
(+) Resultado Financeiro	206.298	110.990	85,9%	599.041	303.182	97,6%
(+) Imposto sobre Lucro	83.980	23.715	254,1%	310.598	238.158	30,4%
(+) Depreciação e Amortização	82.118	64.103	28,1%	325.943	261.631	24,6%
EBITDA	596.568	272.214	119,2%	1.822.310	1.332.184	36,8%
(-) Crédito PIS/COFINS Águas de Manaus	-	-	0,0%	-	72.211	-100,0%
EBITDA ex. efeito não recorrente	596.568	272.214	119,2%	1.822.310	1.259.973	44,6%
Margem EBITDA	72,5%	44,9%	27,7 p.p.	62,0%	57,6%	4,4 p.p.
Margem EBITDA da ex. efeito não recorrente	72,5%	44,9%	27,7 p.p.	62,0%	54,5%	7,5 p.p.

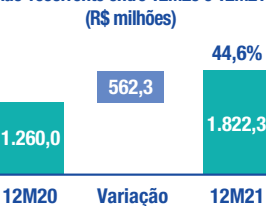
Evolução do EBITDA entre 4T20 e 4T21 (R\$ milhões)



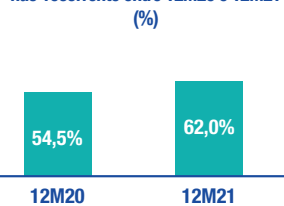
Evolução da Margem EBITDA entre 4T20 e 4T21 (%)



Evolução do EBITDA ex. efeito não-recorrente entre 12M20 e 12M21 (R\$ milhões)



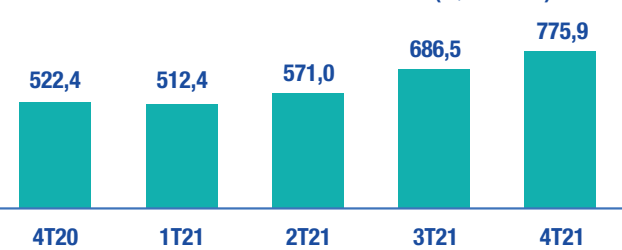
Evolução da Margem EBITDA ex. efeito não-recorrente entre 12M20 e 12M21 (%)



CAPEX

Em 2021, a Companhia realizou R\$ 775,9 milhões em investimentos, um crescimento de 48,5% na comparação com 2020. Esse aumento do CAPEX é resultado da retomada de investimentos na comparação com o período anterior, quando projetos não prioritários e não obrigatórios foram postergados em decorrência das medidas de preservação de caixa e manutenção da liquidez, bem como da adição de novas PPPs ao portfólio.

CAPEX total acumulado em 12 meses (R\$ milhões)



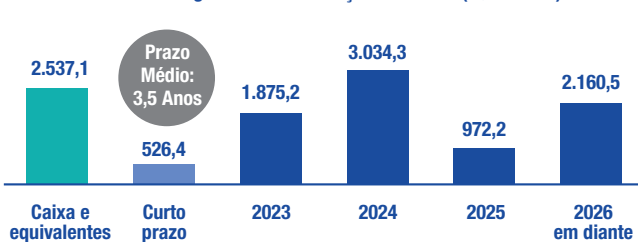
ENDIVIDAMENTO¹

A dívida bruta da Companhia, incluindo derivativos, atingiu R\$ 7,6 bilhões no 4T21, um aumento de R\$ 0,8 bilhão em relação ao mesmo período do ano anterior, decorrente das novas captações. O saldo de caixa e equivalentes e de aplicações financeiras somou R\$ 2,5 bilhões no 4T21, um saldo 4,8x superior à dívida de curto prazo da Companhia. A dívida líquida totalizou R\$ 5,0 bilhões, um crescimento de 23,3% com relação ao mesmo período do ano anterior. O EBITDA acumulado nos últimos doze meses findos no 12M21 foi de R\$ 1,8 bilhão, um crescimento de 36,8% na comparação com o mesmo período de 2020. Esse resultado impactou positivamente na redução da alavancagem da Companhia medida pelo índice Dívida Líquida/EBITDA, que reduziu de 3,06x no 4T20 para 2,76x no 4T21.

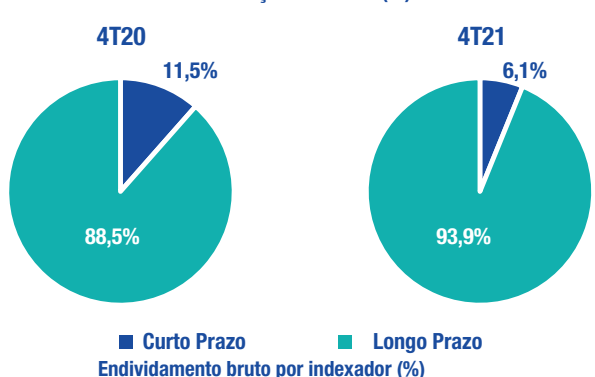
Endividamento (R\$ milhares)	12M21	12M20	Δ %
Dívida Líquida	5.032.478	4.080.323	23,3%
(+) Dívida Bruta (inclui derivativos, sem efeitos de MM)	7.569.909	6.749.321	12,2%
(-) Caixa e Disponibilidades	(2.537.431)	(2.668.998)	-4,9%
EBITDA (12 meses)	1.822.310	1.332.184	36,8%
Dívida Líquida/EBITDA	2,76x	3,06x	-0,30x

No ano de 2021, o prazo médio da dívida da Aegea era de 3,5 anos. A dívida de curto prazo representava 6,1% do endividamento total e 20,7% do saldo de caixa e aplicações financeiras.

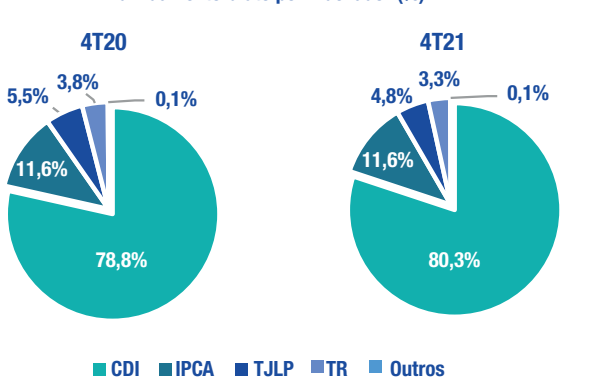
Caixa e Cronograma de amortização da dívida² (R\$ milhões)



Distribuição da dívida (%)



Endividamento bruto por indexador (%)



¹ O cálculo da Dívida Bruta exclui os efeitos da marcação a mercado da dívida em operação de swap para Reais, no montante de R\$ 195,3 milhões, conforme Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras - DFs e o saldo de Caixa e Disponibilidades inclui caixa restrito no montante de R\$ 59,0 milhões da data de emissão das Demonstrações Financeiras - DFs.

² O cronograma de amortização não considera os instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos, e inclui os efeitos de marcação a mercado no montante de R\$ 195,2 milhões.

RESULTADO FINANCEIRO

No 4T21, o resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 206,3 milhões, um aumento de R\$ 95,3 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Este aumento na despesa financeira líquida é decorrente, principalmente, do aumento nas taxas que remuneram a dívida, como o CDI, IPCA e TJLP, e pelo aumento do endividamento bruto da Companhia. No 12M21, o resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 599,0 milhões, R\$ 232,1 milhões acima da verificada no mesmo período do ano anterior, desconsiderando a atualização monetária (correção pela SELIC) do crédito tributário referente ao êxito no processo judicial de PIS/COFINS em Águas de Manaus, que impactou positivamente as receitas financeiras do 12M20 em R\$ 63,7 milhões. Este aumento na despesa financeira líquida é decorrente dos mesmos eventos citados no resultado do trimestre¹.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado			
		2021	01/01/2020	2021	01/01/2020		2021	01/01/2020	2021	01/01/2020		
Caixa e equivalentes de caixa	6	63.113	79	105.689	81.948	27.972	19.616	21.651	11.457	209.548	195.603	205.942
Aplicações financeiras	7	729.644	498.682	78.595	2.391.566	2.545.280	290.303	197.571	18.265	526.429	876.205	737.577
Contas a receber de clientes	8	43.341	11.138	10.934	847.932	780.249	19.403	18.069	14.015	-	-	-
Estoques	-	-	-	-	22.845	12.087	-	-	-	-	-	-
Debêntures privadas partes relacionadas	9	-	46.288	44.518	-	-	28.686	22.005	25.146	107.654	85.327	91.800
Contas correntes a receber de partes relacionadas	-	-	-	36.129	-	-	5.927	2.435	3.018	34.724	24.844	29.884
Tributos a recuperar	22	339	17.654	26.004	105.755	80.776	37.346	-	-	37.346	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	9	165.512	286.417	153.456	61.208	-	-	-	-	64.340	13.929	14.614
Instrumentos financeiros derivativos	22	-	50.489	13.488	6.661	102.913	-	-	-	604	1.007	1.250
Outros créditos	-	18.244	8.919	6.576	100.126	76.329	-	-	-	11.917	10.560	6.189
Total do ativo circulante	-	1.042.193	919.666	369.756	3.641.782	3.679.582	1.042.193	919.666	369.756	3.641.782	3.679.582	3.679.582
Aplicações financeiras	7	-	-	-	40.176	39.819	-	-	-	4.840	6.988	9.054
Contas a receber de clientes	8	-	-	-	732.183	393.224	-	-	-	6.988	9.054	63.059
Debêntures privadas partes relacionadas	9	280.375	-	-	-	-	1.274.809	1.187.134	920.773	-	159.041	164.395
Tributos a recuperar	21	294	-	-	79.229	125.612	-	-	-	406.121	268.719	80.955
Contas correntes a receber de partes relacionadas	9	271.233	311.914	500.274	-	-	-	-	-	80.955	1.055.621	1.366.516
Ativo fiscal diferido	21	-	-	-	62.268	62.727	-	-	-	26.128	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	17.418	17.418	17.418	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	22	671.080	616.217	277.981	1.187.351	1.100.786	2.124.486	1.167.724	598.040	8.042.251	6.736.379	4.282.798
Depósitos judiciais	16	4.216	10.238	111.449	46.863	44.296	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	10	4.243.361	-	-	4.243.361	-	-	-	-	-	-	-
Outros créditos	-	8.499	14.975	25.179	15.604	20.594	-	-	-	-	-	-
Total do realizável a longo prazo	-	5.496.476	970.762	932.301	6.407.035	1.789.009	5.496.476	970.762	932.301	6.407.035	1.789.009	1.298.058
Investimentos	10	3.248.096	2.414.688	1.760.833	587.795	36	2.993	2.993	2.993	3.939.879	2.734.852	1.717.379
Imobilizado	-	73.978	34.274	33.777	235.710	111.575	-	-	-	9.696.991	8.595.765	6.162.539
Ativo de contrato da concessão	11	-	-	-	408.512	561.223	-	-	-	-	-	-
Intangível	12	72.849	77.615	80.475	4.819.903	4.162.960	-	-	-	-	-	-
Total do ativo não circulante	-	8.891.399	3.497.339	2.807.386	12.458.955	6.624.803	8.891.399	3.497.339	2.807.386	12.458.955	6.624.803	5.830.180
Total do ativo	-	9.933.592	4.417.005	3.177.142	16.100.737	10.304.385	9.933.592	4.417.005	3.177.142	16.100.737	10.304.385	7.651.889

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Custo com emissão de novas ações	Reserva de capital	Dividendo adicional proposto	Reservas de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste de conversão de balanço	Lucros acumulados	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
					Legal	Incentivo fiscal	Retenção de lucros	Reserva de lucros					
Saldos em 1º de janeiro de 2020	888.444	(22.937)	562.584	164.109	59.325	1.036	629	105.708	4.147	-	1.763.045	46.909	1.809.954
Ajustes de representação	5	-	(243.328)	-	(59.325)	-	(629)	-	-	-	(303.282)	(17.321)	(320.603)
Saldos em 1º de janeiro de 2020 (reapresentado)	888.444	(22.937)	319.256	164.109	-	1.036	-	105.708	4.147	-	1.459.763	29.588	1.489.351
Integralização de ações preferências classe C	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	4	-	4
Valor justo de derivativos	-	-	-	-	-	-	-	118.980	-	-	118.980	-	118.980
Reserva de Incentivo fiscal	-	-	-	-	-	-	-	371	-	-	371	-	371
Ajuste de conversão de balanço	-	-	-	-	-	-	-	-	5.881	-	5.881	-	5.881
Ganho de diluição de participação societária em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34	34	(34)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	532.290	532.290	(3.076)	529.214
Destinação:	-	-	-	-	-								

continuação		AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.				DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS					
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)		Controladora		Consolidado		EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)		Controladora		Consolidado	
	Nota	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
			(reapresentado)		(reapresentado)		(reapresentado)		(reapresentado)		(reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais											
Resultado antes dos impostos											
Ajustes para:											
Amortização e depreciação											
Provisão para demandas judiciais											
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa											
Recuperação de títulos do contrato a receber											
Resultado na baixa de imobilizado											
Resultado na baixa de intangível											
Baixa de ativo descontinuado											
Crédito de PIS/COFINS com decisão judicial											
Resultado de equivalência patrimonial											
Rendimento sobre aplicações financeiras e debêntures privadas											
Ganho com instrumentos financeiros derivativos											
Atualização monetária de crédito de PIS/COFINS com decisão judicial											
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures											
Juros sobre mútuo com partes relacionadas											
Amortização do custo de captação											
Variação cambial											
Provisão (Reversão) ajuste a valor presente de clientes											
Atualização monetária das demandas judiciais											
PIS/COFINS sobre receitas financeiras											
Atualização de outras contas a pagar											
Variações nos ativos e passivos											
(Aumento)/Diminuição dos ativos											
Contas a receber de clientes											
Estoques											
Tributos a recuperar											
Adiantamentos a fornecedores											
Depósitos judiciais											
Outros créditos											
Aumento/(Diminuição) dos passivos											
Fornecedores e empreiteiros											
Obrigações trabalhistas e sociais											
Obrigações fiscais											
Parcelamentos de tributos											
Pagamento de demandas judiciais											
Outros tributos diferidos											
Outras contas a pagar											
Juros pagos											
Imposto de renda e contribuição social pagos											
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais											
Fluxo de caixa de atividades de investimento											
Aplicações financeiras e debêntures privadas, líquidas											
Juros recebidos de aplicações financeiras e debêntures privadas											
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos											
Parcela paga referente a aquisição de controladas											
Aporte de capital em controladas											
Aporte de capital em coligadas											
Aquisição de ações preferenciais											
Reserva de incentivo fiscal											
Conta corrente líquida - partes relacionadas											
Aquisição/Venda de imobilizado											
Aquisição de ativo de contrato da concessão											
Aquisição de intangível											
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento											
Fluxo de caixa de atividades de financiamento											
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas											
Custo na captação de empréstimos, financiamentos e debêntures											
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas											
Mútuo pago para partes relacionadas											
Instrumentos financeiros derivativos											
Dividendos pagos											
Custo de emissão de novas ações											
Recursos provenientes de aporte de capital											
Conta corrente líquida - partes relacionadas											
Ganho de diluição de participação societária em controladas											
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento											
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa											
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro											
Ajuste de conversão de balanço											
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro											
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa											

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
 A Aegea Saneamento e Participações S.A. ("Companhia") é uma holding, constituída na forma de sociedade anônima com registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), localizada no município de São Paulo - SP. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista, bem como atividades de consultoria, assistência técnica, manutenção e administração de empresas relacionadas aos negócios em que a Companhia participa, direta ou indiretamente, especialmente no que tange à concessão de saneamento. **Segmento Operacional:** A Administração da Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que suas controladas operam e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional. **COVID-19:** No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde "OMS", declarou pandemia pelo novo Coronavírus (COVID-19). Com a disseminação dos casos no Brasil e com políticas de saúde preventivas, alguns Estados adotaram medida de quarentena, determinando que os comércios e serviços não essenciais fossem fechados naquele momento. Neste contexto, a Administração da Companhia adotou, em conjunto com suas controladas, medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e as comunidades em que atua. Considerando a disseminação do vírus no Brasil e as implicações para a operação da Companhia e suas controladas, a Aegea acionou de imediato o seu Comitê de Crise, para garantir a segurança de seus funcionários, prestadores de serviços e de toda a população atendida, assegurando a prestação dos seus serviços de água e esgoto, essenciais para a sociedade. Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos da COVID-19 em seus negócios e nos de suas controladas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu que não há efeitos materiais em suas demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas continuarão monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia está confiante de que irá superar o impacto da COVID-19, garantindo a qualidade nos serviços prestados à população.

2. Entidades do grupo e coligadas
 As tabelas abaixo apresentam as participações da Companhia no quadro acionário total de suas controladas e coligadas, bem como suas atividades:

Controladas	Atividades Principais	Contrato de concessão ou edital nº	Data de término da concessão	% de Participação			
				2021	2020	Direta	Indireta
AE Contact Call Center Ltda. ("AE Contact")	Teletendimento	-	-	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Aegea Desenvolvimento S.A. ("Aegea Desenvolvimento")	Holding	-	-	100%	-	100%	-
Aegea Finance S.A. R. L. ("Aegea Finance")	Holding	-	-	100%	-	100%	-
AESAN Engenharia e Participações Ltda.	Serviços de Engenharia	-	-	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Águas de Ariqueemes Saneamento SPE Ltda. ("Ariqueemes")	Concessão Água e Esgoto	194/2016	04/2046	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Águas de Bombinhas Saneamento SPE S.A. ("Bombinhas")	Concessão Água e Esgoto	06/2016	08/2051	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Águas de Burtitis Saneamento S.A. ("Burtitis")	Concessão Água e Esgoto	001/2013	04/2045	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A. ("Camboriú")	Concessão Água e Esgoto	016/2015	11/2050	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Águas de Guaraniã Ltda. ("Guaraniã")	Concessão Água e Esgoto	45/2001	05/2031	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Águas de Holambra Saneamento SPE Ltda. ("Holambra")	Concessão Água e Esgoto	001/2015	01/2046	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Águas de Matão S.A. ("Matão")	Concessão Água e Esgoto	002/2013	02/2044	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Águas de Matupá Ltda. ("Matupá")	Concessão Água e Esgoto	001/2001	01/2032	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Águas de Novo Progresso - Tratamento e Distribuição Ltda. ("Novo Progresso")	Concessão Água	001/2003	07/2034	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Águas de Paranalinga S.A. ("Paranalinga")	Concessão Água e Esgoto	001/2014	03/2045	51%	-	51%	-
Águas de Penha Saneamento SPE S.A. ("Penha")	Concessão Água e Esgoto	194/2015	11/2050	99,81%	-	99,81%	-
Águas de Pimenta Bueno Saneamento SPE Ltda. ("Pimenta Bueno")	Concessão Água e Esgoto	001/2015	09/2045	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Águas de Porto Esperidião Saneamento e Distribuição Ltda. ("Porto Esperidião")	Concessão Água e Esgoto	48/2012	12/2042	99,91%	-	99,91%	-
Águas de Rolim de Moura Saneamento SPE Ltda. ("Rolim de Moura")	Concessão Água e Esgoto	2497/2012	07/2046	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Águas de São Francisco Concessionária de Saneamento S.A. ("São Francisco")	Concessão Água e Esgoto	02.117/2014	02/2044	100%	-	100%	-
Águas de São Francisco do Sul SPE S.A. ("São Francisco do Sul")	Concessão Água e Esgoto	056/2014	01/2050	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Águas de Sinop S.A. ("Sinop")	Concessão Água e Esgoto Subconcessão	002/2014	11/2044	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Águas de Teresina Saneamento SPE S.A. ("Teresina")	Água e Esgoto	001/2016	06/2047	100%	-	100%	-
Águas de Timon Saneamento S.A. ("Timon")	Concessão Água e Esgoto	004/2014	04/2045	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Água do Mirante S.A. ("Mirante")	Concessão Esgoto	48/2012	06/2042	99,99%	-	99,99%	-
Ambiental Cariacica Concessionária de Saneamento SPE S.A. ("Cariacica")	Concessão Esgoto	001/2020	04/2051	99,90%	0,10%	99,90%	0,10%
Ambiental Metrosul Concessionária de Saneamento SPE S.A. ("Metrosul")	Concessão Esgoto	001/2019	11/2055	99%	1%	99%	1%
Ambiental MS Pantanal SPE S.A. ("MS Pantanal")	Concessão Esgoto	001/2020	-	100%	-	100%	-
Ambiental Serra Concessionária de Saneamento S.A. ("Serra")	Concessão Esgoto	034/2014	01/2045	99,99%	0,01%	-	100%
Ambiental Via Velha Concessionária de Saneamento SPE S.A. ("Via Velha")	Concessão Esgoto	008/2017	06/2047	99,99%	-	99,99%	-
Concessionária Águas de Merit Ltda. ("Merit")	Concessão Água e Esgoto	86/98	07/2045	51%	-	51%	-
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. ("GSS")	Tecnologia da Informação	-	-	85,99%	14,01%	85,99%	14,01%
Guaba Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("Fundo Guaba")	Fundo de Investimento	-	-	40%	60%	40%	60%
JSL Consultoria e Participações S.A. ("JSLA")	Holding	-	-	99,99%	0,01%	99,94%	0,06%
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. ("LVE")	Locação de Veículos	-	-	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
R3 Engenharia S.A. ("R3 Engenharia")	Serviços de Engenharia	-	-	100%	-	100%	-
Regional 1 Engenharia e Participações Ltda. ("R1 Engenharia")	Serviços de Engenharia	-	-	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Regional 2 Engenharia e Participações Ltda. ("R2 Engenharia")	Serviços de Engenharia	-	-	99,93%	0,01%	99,93%	0,07%
Saneamento Consultoria S.A. ("Saneamento Consultoria")	Assessoria e Consultoria	-	-	99,90%	0,10%	-	-
Santense Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("Fundo Santense")	Fundo de Investimento	-	-	40%	60%	40%	60%
AE Consultoria Administrativa S.A. ("AE Consultoria")	Holding	-	-	-	-	99,99%	0,01%
Sonel Engenharia S.A. ("Sonel")	Serviços de Engenharia	-	-	-	-	-	100%
Mauá Participações Estruturadas em Saneamento Ltda. ("Mauá")	Holding	-	-	-	-	-	100%
Igarapé Participações S.A. ("Igarapé Participações")	Holding	-	-	100%	-	100%	-
Igarapé Sustentabilidade S.A. ("Igarapé Sustentabilidade")	Holding	-	-	100%	-	100%	-
Companhia de Saneamento de Manaus ("CSM")	Holding	-	-	100%	-	100%	-
Manaus Ambiental S.A. ("Manaus")	Concessão Água e Esgoto	02/2000	07/2045	100%	-	100%	-
Companhia de Saneamento de Norte ("CSN")	Holding	-	-	100%	-	100%	-
Rio Negro Ambiental, Captação, Tratamento e distribuição de Águas SPE S.A. ("Rio Negro")	Concessão Água	001/2016	07/2045	-	-	100%	-
Nascentes do Xingu Investimentos S.A. ("Nascentes do Xingu Investimentos")	Holding	-	-	51%	-	51%	-
Águas de Confresa S.A. ("Confresa")	Concessão Água e Esgoto	03/2013	01/2044	-	-	51%	-
Águas de Diamantino S.A. ("Diamantino")	Concessão Água e Esgoto	002/2013	05/2044	-	-	51%	-
Nascentes do Xingu Participações e Administração S.A. ("Nascentes do Xingu Participações")	Holding	-	-	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Águas de Barra do Garças Ltda. ("Barra do Garças")	Concessão Água e Esgoto	090/2003	09/2033	0,01%	99,99%	0,01%	99,99%
Águas de Campo Verde S.A. ("Campo Verde")	Concessão Água e Esgoto	01/2001	11/2031	-	-	51%	-
Águas de Carilinda S.A. ("Carilinda")	Concessão Água e Esgoto	001/04	01/2034	-	-	51%	-
Águas de Cláudia S.A. ("Cláudia")	Concessão Água e Esgoto	033/2004	03/2034	-	-	51%	-
Águas de Jaurú Abastecimento e Distribuição S.A. ("Jaurú")	Concessão Água e Esgoto	013/2012	01/2042	-	-	51%	-
Águas de Marcelândia S.A. ("Marcelândia")	Concessão Água e Esgoto	001/2003	06/2033	-	-	51%	-
Águas de Nortelândia S.A. ("Nortelândia")	Concessão Água e Esgoto	001/2002	01/2052	-	-	51%	-
Águas de Poconé S.A. ("Poconé")	Concessão Água e Esgoto	146/2008	06/2024	-	-	51%	-
Águas de Primavera S.A. ("Primavera")	Concessão Água e Esgoto	001/05/2000	08/2030	-	-	51%	-
Águas de Santa Carmem S.A. ("Santa Carmem")	Concessão Água e Esgoto	001/2001	11/2031	-	-	51%	-
Águas de São José S.A. ("São José")	Concessão Água e Esgoto	01/2008	03/2038	-	-	51%	-
Águas de Sorriso S.A. ("Sorriso")	Concessão Água e Esgoto	001/2000	06/2030	-	-	51%	-
Águas de União do Sul S.A. ("União do Sul")	Concessão Água e Esgoto	001/2000	08/2030	-	-	51%	-
Águas de Vera S.A. ("Vera")	Concessão Água e Esgoto	001/2003	04/2041	-	-	51%	-
APA - Água de Peixoto de Azevedo S.A. ("Peixoto")	Concessão Água e Esgoto	001/1998	08/2030	-	-	51%	-
Saneamento Básico de Jangada S.A. ("Jangada")	Concessão Água e Esgoto	031/2004	06/2034	-	-	51%	-
Saneamento Básico de Pedra Preta S.A. ("Pedra Preta")	Concessão Água e Esgoto	098/2003	12/2032	-	-	51%	-
Tertília Participações e Administração S.A. ("Tertília")	Holding	-	-	57%	-	-	100%
Prologos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto ("Prologos")	Concessão Água e Esgoto	CN 04/96	05/2041	-	57%	99,99%	0,01%
Camastra Participações e Administração S.A. ("Camastra")	Holding	-	-	67,92%	-	99,99%	0,01%
Águas Guarirobé S.A. ("Guarirobé")	Concessão Água e Esgoto	104/2000	08/2060	-	67,92%	99,99%	0,01%

☆ continuação

desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. A Administração determinou que a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias; • Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas de crédito esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro. **Contas a receber e ativos contratuais:** A análise a seguir fornece mais detalhes sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados às contas a receber e ativos contratuais. O Grupo considera algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa. As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses. O Grupo realiza o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes públicos e privados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito e status de inadimplência. As alterações de exposição do Grupo ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 22. **(ii) Ativos não financeiros:** Em cada data de balanço, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. **1) Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Caso uma divulgação possa prejudicar seriamente a posição do Grupo, essa informação não é divulgada. **2) Arrendamentos:** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remuneração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir o arrendamento. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses, a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Além disso, o Grupo também aplica a isenção de reconhecimento para os ativos de baixo valor. Os pagamentos desses arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **k) Benefícios a empregados:** **(i) Benefício de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **(ii) Benefício pós-emprego - Planos de saúde:** O Grupo oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde Companhia e suas controladas são copatrocinadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia e suas controladas são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes. **l) Tributos:** **(i) Imposto de renda e contribuição social - Lucro presumido:** A Controlada Holambra calcula o Imposto de Renda e a Contribuição Social com base no faturamento bruto, aplicando sobre esse a alíquota de presunção de 32% e, ao resultado, soma-se 100% da receita financeira para chegar à base tributável. Para fins de apuração dos tributos sobre o lucro devidos, aplica-se o percentual de 15% acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para o Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Lucro real:** As demais controladas calculam o Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferida sobre o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões prevista na legislação tributária, aplicando a alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **Subvenção governamental:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 algumas controladas da Companhia utilizam benefícios fiscais através de laudos constitutivos expedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE ou pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, conforme área de atuação, concedendo o direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicional, não restituíveis, calculados sobre o Lucro da Exploração das atividades incentivadas. Face à existência do incentivo fiscal, a alíquota efetiva do Imposto de Renda somado à contribuição social é calculada à 15,25% (25% de IRPJ - 75% de redução do incentivo fiscal + 9% de CSSL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Em contrapartida, as controladas deverão atender algumas obrigações, como a não distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago, devendo, após seu reconhecimento em conta de resultado pelo regime de competência, ser mantido em reserva de incentivos fiscais, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social. **Imposto corrente:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **Imposto diferido:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferido são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas, até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidas que são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionadas à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Exposições fiscais:** Na determinação do Imposto de Renda corrente e diferido o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda tenha que ser realizado. O Grupo acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam o Grupo a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. **(ii) Tributos sobre prestações de serviços:** O PIS/PASEP e COFINS corrente e diferido do exercício, para a controladora e controladas enquadradas no regime não cumulativo, são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, sendo essas alíquotas também utilizadas para a tomada de créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados nas operações do Grupo. Já para as controladas no regime cumulativo, as alíquotas aplicadas são de 0,65% para PIS e 3% para COFINS. O PIS/PASEP e COFINS diferidos no Balanço Patrimonial compreendem a proporção das receitas que não foram recebidas das operações com Órgãos Públicos, sem manter assim até o momento do efetivo recebimento das receitas que lhe deram origem, quando o recolhimento será realizado. **m) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura:** As concessões do Grupo aplicam a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo (quando aplicável), dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório. A infraestrutura recebida e/ou construída pelo concessionário não é registrada como ativo imobilizado, porque os contratos de concessão não transferem ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Os contratos podem apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, dentro do alcance desta interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. As controladas Serra, Vila Velha, Cariacica e Metrosul possuem um direito incondicional de recebimento em espécie do montante dos investimentos realizados, razão pela qual, a medida que executam as construções e melhorias, reconhecem um ativo financeiro. Para as demais controladas, não estão previstos nos contratos de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, mas sim o direito de cobrar o usuário pelos serviços públicos, portanto,

AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

essas controladas, reconhecem um ativo intangível a medida que a construção e/ou melhoria é realizada. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor. **n) Capitalização dos custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria. **o) Demonstrações de valor adicionado:** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia e suas controladas como parte integrante das demonstrações financeiras. **p) Lucro por ação básico e diluído:** O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício por ação de detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O lucro por ação diluído é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustadas por todas as potenciais ações ordinárias com efeito de diluição. **q) Novas normas e interpretações:** Certas normas e alterações se tornaram vigentes a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes. **Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.** As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros futura, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de *hedge*, sem que o relacionamento de *hedge* seja descontinuado. • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como *hedge* de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras do Grupo. O Grupo pretende usar os expedientes práticos nos exercícios futuros se eles se tornarem aplicáveis. **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021:** As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia de Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para o 30 de junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, não houve impactos para o Grupo. **r) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, que entrarão em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • **IFRS 17 - Contratos de seguro:** • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis.

5. Representação de valores correspondentes

Após realização de investigação independente contratada pelo Conselho de Administração da Companhia para averiguar as alegações de fato e dosdobramentos relacionadas à Operação Lama Asfáltica (deflagrada pela Polícia Federal em 11 de maio de 2017, na qual a controlada indireta Águas Guaribiro S.A. foi alvo de procedimentos investigatórios), a Administração reuniu os elementos necessários e finalizou durante o quarto trimestre de 2021 a mensuração dos efeitos nos saldos contábeis da Companhia e de algumas de suas controladas, relacionadas principalmente à capitalização de ativos intangíveis (CPC 04 - R1) e efeitos tributários, tendo procedido com as respectivas correções retrospectivas. Conseqüentemente, os saldos de abertura dos valores correspondentes, assim como, os valores referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo representados. Com isso, os impactos referentes ao tema são definitivos uma vez que a investigação independente contratada pelo Conselho de Administração foi encerrada. O quadro a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

	Controladora					
	31 de dezembro de 2020			1º de janeiro de 2020		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Impostos a recuperar	17.654	-	17.654	26.004	-	26.004
Demais saldos	339.420	(53.003)	286.417	153.456	-	153.456
Capital próprio a receber (c)	615.595	-	615.595	190.296	-	190.296
Total do ativo circulante	972.669	(53.003)	919.666	369.756	-	369.756
Outros créditos (a)	21.022	(6.047)	14.975	31.222	(6.043)	25.179
Demais saldos	955.787	-	955.787	907.122	-	907.122
Total do realizável a longo prazo	976.809	(6.047)	970.762	938.344	(6.043)	932.301
Investimentos (b)	2.640.502	(225.814)	2.414.688	2.047.441	(286.608)	1.760.833
Intangível (a)	78.709	(1.094)	77.615	81.727	(1.252)	80.475
Demais saldos	34.274	-	34.274	33.777	-	33.777
Total do ativo não circulante	3.730.294	(232.955)	3.497.339	3.101.289	(293.903)	2.807.386
Total do ativo	4.702.963	(285.958)	4.417.005	3.471.045	(293.903)	3.177.142
Passivo						
Passivo circulante	268.719	-	268.719	80.955	-	80.955
Provisão para demandas judiciais (b)	4.522	4.885	9.407	-	9.413	9.313
Demais saldos	39.950	6.948	46.898	70.533	8.437	78.970
Passivo fiscal diferido (b)	75.057	(22.518)	52.539	35.003	(8.371)	26.632
Demais saldos	2.357.289	-	2.357.289	1.521.509	-	1.521.509
Total do passivo não circulante	2.476.818	(10.685)	2.466.133	1.627.045	9.379	1.636.424
Patrimônio líquido						
Reserva de Capital	562.588	(243.328)	319.260	562.584	(243.328)	319.256
Reserva de Lucros	86.619	(31.945)	54.674	60.990	(59.954)	1.036
Demais saldos	1.308.219	-	1.308.219	1.139.471	-	1.139.471
Total do patrimônio líquido	1.957.426	(275.273)	1.682.153	1.763.045	(303.282)	1.459.763
Total do passivo e patrimônio líquido	4.702.963	(285.958)	4.417.005	3.471.045	(293.903)	3.177.142

Demonstração do resultado

(Em milhares de Reais)

	Controladora					
	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida	128.285	-	128.285	118.307	-	118.307
Custos dos serviços prestados (a)	(86.824)	158	(86.666)	(80.382)	158	(79.966)
Lucro bruto	41.461	158	41.619	37.925	158	38.083
Despesas administrativas e gerais (b)	(121.076)	3.791	(117.285)	(118.769)	3.791	(114.978)
Resultado de equivalência patrimonial (c)	686.539	9.286	695.825	695.825	-	695.825
Demais saldos	(9.656)	-	(9.656)	-	-	-
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	597.268	13.235	610.503	620.812	13.235	634.047
Amortização e depreciação (a)	(339.113)	637	(338.476)	(338.476)	637	(337.839)
Resultado financeiro	(85.362)	637	(84.725)	(85.325)	637	(84.688)
Resultado antes dos impostos	(11.906)	13.872	1.966	15.258	13.872	29.370
Imposto de renda e contribuição social (b)	(7.034)	14.146	7.112	(6.703)	14.146	7.443
Lucro líquido do exercício	504.272	28.018	532.290	504.272	28.018	532.290
Resultado atribuído para: Acionistas controladores	504.272	28.018	532.290	504.272	28.018	532.290
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	504.272	28.018	532.290	504.272	28.018	532.290

Demonstração do fluxo de caixa

(Em milhares de Reais)

	Controladora					
	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Valor adicionado bruto (b)	46.154	4.428	50.582	54.874	1.036	55.910
Amortização e depreciação (a)	(13.185)	158	(13.027)	(13.185)	158	(13.027)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	32.969	4.586	37.555	41.689	1.194	42.883
Valor adicionado recebido em transferência	1.225.621	9.286	1.234.938	1.234.938	-	1.234.938
Valor adicionado total a distribuir	1.258.621	13.872	1.272.493	1.276.627	1.194	1,278.821
Distribuição do valor adicionado	1.064.854	5.699	1.070.553	1.070.553	5.699	1,076.252
Pessoal	39.789	(14.146)	25.643	39.789	-	39.789
Impostos, taxas e contribuições	614.901	-	614.901	614.901	-	614.901
Remuneração de capitais de terceiros	504.272	28.018	532.290	504.272	28.018	532.290
Remuneração de capitais próprios	-	-	-	-	-	-

Balanco patrimonial

(Em milhares de Reais)

	Controladora					
	31 de dezembro de 2020			1º de janeiro de 2020		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Total do ativo circulante	3.679.582	-	3.679.582	1.821.729	-	1.821.729
Ativo fiscal diferido (b)	22.571	40.156	62.727	49.654	17.502	67.156
Impostos a recuperar (b)	125.612	-	125.612	22.619	-	22.619
Outros créditos (a)	26.635	(6.041)	20.594	57.479	(6.041)	51.438
Demais saldos	1.580.078	-	1.580.078	1.156.845	-	1.156.845
Total						

Resultado de 2020		Lucro não realizado entre as empresas e AFAC (g)		Aumento de capital próprio		Dividendos e juros sobre outros resultados abrangentes (g)		Participação em outros resultados		Provisão para perda em investimentos em 31 de dezembro de 2021	
Investimento em 31 de dezembro de 2020	Equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial	Realizado	Realizado	Aumento de capital	Dividendos e juros sobre capital próprio	Participação em outros resultados abrangentes (g)	Outros (h)	Outros (h)	Investimentos em 31 de dezembro de 2021	Provisão para perda em investimentos em 31 de dezembro de 2021
ASEAN Engenharia	(35.239)	768	(4.291)	-	-	-	-	-	-	(38.762)	(386)
Buritis	(563)	101	-	76	-	-	-	-	-	-	-
Nascentes do Xingu Investimentos	(4.034)	231	-	-	-	-	-	-	-	(3.803)	-
R1 Engenharia	(626)	94	40	-	-	-	-	-	-	(492)	-
	(40.462)	1.194	(4.251)	76	-	-	-	-	-	(43.443)	-
Resultado de 2021											
Investimento em 31 de dezembro de 2019	Equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial	Realizado entre as empresas e AFAC (g)	Aumento de capital próprio	Dividendos e juros sobre capital próprio	Participação em outros resultados abrangentes (g)	Outros (h)	Outros (h)	Outros (h)	Investimentos em 31 de dezembro de 2020	Provisão para perda em investimentos em 31 de dezembro de 2020
ASEAN Engenharia	(66.706)	(305)	(1.190)	32.962	-	-	-	-	-	(35.239)	-
Nascentes do Xingu Investimentos	(3.767)	(267)	-	-	-	-	-	-	-	(4.034)	-
Buritis	(250)	(470)	-	157	-	-	-	-	-	(563)	-
R1 Engenharia	(639)	(4)	17	-	-	-	-	-	-	(626)	-
São Francisco	(7.915)	55	-	-	-	-	-	-	-	(6.436)	-
	(79.277)	(991)	(1.173)	33.119	-	-	-	-	-	(46.899)	-

f) Investimentos em coligadas:

	Valor do investimento em 31 de dezembro de 2020	Aumento de capital social (f)	Resultado de Equivalência Patrimonial	Investimento em 31 de dezembro de 2021
Rio 1		254.965	(1.167)	253.798
Rio 4		259.220	64.841	324.061
		524.086	63.674	587.760

(/) Assembleia Geral de Constituição da Rio 1 e Rio 4 em 26 de maio de 2021 e Assembleia Geral Extraordinária em 19 de julho de 2021.

(g) Aumento de capital e Adiantamento para futuro aumento de capital em contróladas:

Data	Aprovação	Controlada	Tipo de Integralização	Valor Integralizado
28/01/2021	AGE	Tertúlia	Acervo líquido aportado - Tertúlia	1.240
30/04/2021	AGE	Igarapé Participações	Capitalização de Adiantamento para futuro aumento de capital	60.090
19/07/2021	AGE	Camastra	Acervo líquido aportado - camastra	1.235
16/08/2021	AGE	Bombinhas	Moeda Corrente	1.158
19/08/2021	AGE	Igarapé Participações	Moeda Corrente	9.056
31/08/2021	AGC	Saneamento Consultoria	Moeda Corrente	-
15/12/2021	AGE	Ariquesmes	Capitalização de Conta Corrente	467
16/12/2021	ACS	Holambra	Capitalização de Conta Corrente	294
16/12/2021	ACS	Novo Progresso	Capitalização de Conta Corrente	4.427
16/12/2021	ACS	Porto Esperidião	Capitalização de Conta Corrente	2.974
23/12/2021	AGE	Buritis	Capitalização de Conta Corrente	76
30/12/2021	AGE	JSLA	Capitalização de Conta Corrente	9
30/12/2021	ACS	AE Contact	Capitalização de Conta Corrente	17
30/12/2021	ACS	R2 Engenharia	Capitalização de Conta Corrente	17
				81.042

h) Participação no ajuste de avaliação patrimonial: A Companhia reconhecendo o efeito da participação no ajuste de avaliação patrimonial, de suas controladas diretas, São Francisco, Matão, Igarapé Participações e suas controladas indiretas Barra do Garças e Guariroba, conforme descrito na nota explicativa nº 22. A Companhia reconhecendo participação no ajuste de conversão de balanço, decorrente da conversão de balanço da sua controlada no exterior Aegea Finance.

i) Outros: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo a amortizar do custo de captação referente à controlada Aegea Finance é de R\$ 1.622 e foi registrado no resultado do exercício a título de amortização o montante de R\$ 478. Em 28 de janeiro de 2021, a Companhia transferiu a totalidade de sua participação na controlada Prolagos no montante de R\$ 378.941, representada por 221.673.063 ações ordinárias mediante integralização de capital social em sua controlada Tertúlia. Em 03 de fevereiro de 2021, a PROJETO LAKE S.A. ingressou como acionista minoritário na Tertúlia, por meio de subscrição e integralização de ações preferenciais, no montante de R\$ 500.000, equivalente à uma participação proporcional de 43%. Esta operação resultou em ganho decorrente de diluição na participação societária na reserva de lucros da Companhia no montante de R\$ 294.926, líquido nos investimentos no montante de R\$ 249.705. Além disso, nesta operação a Prolagos, controlada da Tertúlia incorreu em gastos com emissões de ações no montante de R\$ 13.030, sendo o montante de R\$ 7.427 correspondente a participação. Em 14 de maio de 2021, foram constituídas as companhias: Rio 1 e Rio 4, onde a Companhia, na qualidade de acionista, subscreveu e posteriormente integralizou 564 ações ordinárias no montante de R\$ 3 e 1.332 ações preferenciais classe B no montante de R\$ 16 na Rio 1 e 794 ações ordinárias no montante de R\$ 3 e 1.873 ações preferenciais classe B no montante de R\$ 16 na Rio 4, todas nominativas e sem valor nominal. Em 19 de julho de 2021, a Companhia transferiu a totalidade de sua participação societária na controlada Guariroba no montante de R\$ 221.969, representada por 111.800.013 ações ordinárias, para sua controlada Camastra. Em 19 de julho de 2021, a Companhia subscreveu e posteriormente integralizou, 56.437.831 ações ordinárias no montante de R\$ 264.863 e 133.165.557 ações preferenciais classe B no montante de R\$ 1.622.275 na Rio 1 e 79.439.445 ações ordinárias no montante de R\$ 259.217 e 187.438.066 ações preferenciais classe B no montante de R\$ 1.587.693 na Rio 4, todas nominativas e sem valor nominal, a Companhia detém atualmente, 100% das ações ordinárias e ações preferenciais classe B de ambas coligadas. Em 22 de julho de 2021, a IFIN Participações S.A. ingressou como acionista minoritário na Camastra, por meio de subscrição e integralização de ações preferenciais, no montante de R\$ 550.000, equivalente a uma participação proporcional de 32,06%. Esta operação resultou em ganho decorrente de diluição na participação societária na reserva de lucros da Companhia no montante de R\$ 408.531, líquido nos investimentos no montante de R\$ 311.408. Além disso, nesta operação a Guariroba controlada da Camastra incorreu em gastos com emissões de ações no montante de R\$ 17.356, sendo o montante de R\$ 11.789 correspondente a participação. Em 26 de outubro de 2021, a companhia subscreveu em sua coligada Rio 1 R\$ 540.790, mediante emissão de 44.391.125 novas ações preferenciais classe B, sendo 1% do valor destinado à conta de capital social e 99% a conta de reserva de capital. Os demais acionistas renunciaram ao direito de preferência em tal subscrição. Em 28 de outubro de 2021, o aporte ora subscreto foi totalmente integralizado. Em 26 de outubro de 2021, a companhia subscreveu em sua coligada Rio 4 R\$ 662.863, mediante emissão de 78.255.524 novas ações preferenciais classe B, sendo 1% do valor destinado à conta de capital social e 99% à conta de reserva de capital. Os demais acionistas renunciaram ao direito de preferência em tal subscrição. Em 28 de outubro de 2021, o aporte ora subscreto foi parcialmente integralizado no valor de R\$ 397.571. Em 30 de novembro e 27 de dezembro de 2021, a companhia integralizou em sua coligada Rio 4 R\$ 5.000 e R\$ 50.000 respectivamente, sendo 1% do valor destinado à conta de capital social e 99% à conta de reserva de capital. j) Títulos e valores mobiliários: Em 31 de dezembro de 2021 os saldos dos títulos e valores mobiliários correspondem as ações preferenciais detidas pela Companhia e estão assim representados:

	Ações Preferenciais Classe B	Montante Aportado
Rio 1	177.558.014	R\$ 2.203.081
Rio 4	265.695.463	R\$ 2.040.280
	443.253.477	R\$ 4.243.361

Em 27 de dezembro de 2021, a Companhia aprovou o crédito de AFAC na coligada Rio 4, no montante de R\$ 40.000.

11. Ativo de contrato da concessão

Ativo de contrato da concessão	Consolidado	
	2021	2020
	408.512	561.223

Saldo em 2020	Adições				Transferências				Saldo em 2021
	(f)	(g)	(h)	(i)	(f)	(g)	(h)	(i)	
561.223	772.039	(4)	(924.746)	(4)	-	-	-	408.512	

Ativo de contrato da concessão	Consolidado	
	2019	2020
	1.048.980	524.440

(/) Os juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures são capitalizados nos ativos qualificáveis, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram capitalizados R\$ 23.805 a uma taxa média de 8,76% a.a. (R\$ 41.810 e 6,72% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

12. Intangível

O valor registrado a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a) Composição dos saldos:

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2021		2020	
			Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga/Contrato de concessão	de 19 a 60	3,1%	1.112.077	(244.327)	867.750	896.715
Instalações técnicas de saneamento	de 02 a 48	4,3%	3.257.152	(1.028.397)	2.228.755	1.795.693
Edificações de estações de tratamento	de 02 a 47	4,1%	2.007.918	(636.028)	1.371.290	1.151.487
Máquinas e equipamentos	de 03 a 48	6,6%	379.657	(163.705)	21.952	183.177
Outros componentes	de 03 a 48	5,6%	9.644	(3.844)	5.800	6.162
			6.765.848	(2.076.301)	4.689.547	4.033.234
Software						
Licença de uso de Software	de 03 a 10	9%	196.827	(66.471)	130.356	129.726
			196.827	(66.471)	130.356	129.726
			6.962.675	(2.142.772)	4.819.903	4.162.960
			2020	-	2019	-
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga/Contrato de concessão	de 19 a 60	3,1%	1.100.776	(204.061)	896.715	933.326
Instalações técnicas de saneamento	de 02 a 48	4,5%	2.684.278	(888.585)	1.795.693	1.073.227
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 47	4,0%	1.715.958	(564.471)	1.151.487	1.135.326
Máquinas e equipamentos	de 03 a 48	6,5%	324.743	(141.566)	183.177	94.501
Outros componentes	de 03 a 48	5,6%	9.572	(3.410)	6.162	24.302
			5.835.327	(1.802.093)	4.033.234	3.260.682
Software						
Licença de uso de Software	de 03 a 10	10%	182.963	(53.237)	129.726	127.519
			182.963	(53.237)	129.726	127.519
			6.018.290	(1.855.330)	4.162.960	3.388.201

b) Movimentação dos custos:

Ativo	2020		2021	
	Custo	Adições	Baixa	Transferências
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga/Contrato de concessão	1.100.776	11.301	-	-
Instalações técnicas de saneamento	2.684.278	571.011	(705)	2.568
Edificações de estações de tratamento	1.715.958	314.902	(8.462)	(15.080)
Máquinas e equipamentos	324.743	37.910	(38)	17.042
Outros componentes	9.572	71	(9)	10
	5.835.327	935.195	(9.214)	4.540
Software				
Licença de uso de Software	182.963	18.406	(2)	(4.540)
	182.963	18.406	(2)	(4.540)
	6.018.290	953.601	(9.216)	-
	2019	2020		
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga/Contrato de concessão	1.098.434	13.724	-	(11.382)
Instalações técnicas de saneamento	2.133.228	386.340	(500)	165.360
Edificações de estações de tratamento	(141.566)	1.364.901	606.331	(11.087)
Máquinas e equipamentos	197.368	7.698	(956)	(120.633)
Outros componentes	68.163	7.328	(295)	(65.624)
	4.862.094	1.021.271	(12.838)	(35.200)
Software				
Licença de uso de Software	161.965	14.728	(2.053)	8.323
	161.965	14.728	(2.053)	8.323
	5.024.059	1.035.999	(14.891)	(26.877)

c) Movimentação das amortizações:

Ativo	2020		2021	
	Amortização acumulada	Adições	Baixa	Transferências
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga/Contrato de concessão	(204.061)	(38.920)	-	(1.346)
Instalações técnicas de saneamento	(888.585)	(139.285)	27	(554)
Edificações de estações de tratamento	(564.471)	(72.108)	17	534
Máquinas e equipamentos	(141.566)	(21.485)	4	(658)
Outros componentes	(3.410)	(430)	1	(5)
	(1.802.093)	(272.228)	49	(2.029)
Software				
Licença de uso de Software	(53.237)	(13.915)	-	681
	(53.237)	(13.915)	-	681
	(1.855.330)	(286.143)	49	(1.348)
	2019	2020		
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga/Contrato de concessão	(165.108)	(39.705)	-	752
Instalações técnicas de saneamento	(1.060.001)	(98.192)	-	269.608
Edificações de estações de tratamento	(229.575)	(64.223)	1.817	(272.490)
Máquinas e equipamentos	(102.867)	(14.061)	833	(25.471)
Outros componentes	(43.861)	(2.331)	129	42.853
	(1.601.412)	(218.512)	2.799	15.052
Software				
Licença de uso de Software	(34.446)	(16.640)	174	(2.325)
	(34.446)	(16.640)	174	(2.325)
	(1.635.858)	(235.152)	2.953	(1.855.330)

A Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida em 31 de dezembro de 2021. Em abril de 2012, foram celebrados entre a controlada indireta Guariroba e a Prefeitura Municipal de Campo Grande, o 3º e o 4º termos aditivos ao Contrato de Concessão nº 104, que determina a extensão do prazo de concessão para exploração e prestação de serviços até 23 de agosto de 2060 ("prazo da concessão"), como consequência de reequilíbrios econômicos e financeiros, decorrentes da execução de serviços adicionais ao escopo inicial e em função da incorporação da universalização da coleta e tratamento de esgoto no contrato original. Na sequência, a partir de 2014, a controlada indireta Guariroba recebeu, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, a determinação para que a Execução Direcional dos investimentos em cobertura de esgotamento sanitário para aparelhamento do cronograma de obras de pavimentação e implantação de redes de drenagem de águas pluviais, previstas no programa "Pavimentação e qualificação de vias urbanas" da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, que são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Grande, o que impactou o cronograma de universalização dos serviços de coleta de esgoto. Em razão disso, por meio de ato do Município de Campo Grande, as metas de expansão do serviço público de esgoto previstas no 4º Termo aditivo ao Contrato de Concessão foram suspensas, para que as obras fossem direcionadas aos locais contemplados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A controlada indireta Guariroba, recebeu, em 16 de outubro de 2017, da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Campo Grande (AGEREG), Office, determinando a suspensão dos efeitos do 3º e do 4º termos aditivos, em cumprimento à decisão liminar nº 122/2017, proferida pelo Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, no âmbito do processo administrativo TC/115374/2012. A controlada indireta Guariroba, em defesa dos seus interesses e para a manutenção dos efeitos do 3º e do 4º termos aditivos, interpus recurso de agravo de instrumento no Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, em desfavor à Decisão Liminar nº 122/2017, que determinou a suspensão cautelar do 3º e do 4º termo aditivo. No julgamento do mencionado recurso, ocorrido no dia 11 de abril de 2018, o Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, por maioria de votos, decidiu dar provimento parcial ao recurso de agravo de instrumento, determinando a retirada do 4º termo aditivo da decisão liminar nº 122/2017, mantendo, porém, a suspensão do 3º termo aditivo. Em resposta, a controlada indireta Guariroba opôs embargos de declaração alegando omissão no acórdão exarado, sendo que esta medida foi rejeitada em 06 de junho de 2018. Atualmente, o processo administrativo está em fase de instrução para que seja julgado o mérito. A sua probabilidade de perda é remota. O processo licitatório nº 001/2016 da controlada Teresina não possui processos judiciais em andamento.

Os quais versam sobre o resultado da fase da proposta técnica da licitação, bem como a competência para julgamento dessas ações, e foram classificados por nossos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível. Estes processos tiveram origem em questionamento formulado no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, em que o qual recentemente julgou por esta corte no sentido de estabelecer a vigência da subconcessão. Na hipótese de ser decretada a anulação da subconcessão vinculada aos processos judiciais em andamento, o poder concedente, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, deverá indenizar as parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade dos serviços subconcedidos, bem como indenizar todos os danos emergentes e os lucros cessantes, entre os quais a subconcessionária assinou o contrato de subconcessão partindo do pressuposto da sua legitimidade e validade. Ainda, a recente decisão do TCE/PI, decidiu pela estabilização do contrato de subconcessão, reforçando especificamente os possíveis impactos financeiros para o Estado do Piauí decorrentes das indenizações cabíveis como consequência inextinguível de uma eventual anulação da subconcessão.

continuação

(i) Essa operação conta com o aval da Companhia. Em novembro de 2021, foi liquidada pela controladora Arqueiros a linha de crédito (Cédula de Crédito Bancário) com o Banco Santander no valor de R\$ 30.000, conforme cronograma de amortização definido em contrato. Em novembro de 2021, foi liquidada pela controladora Bombinhas a linha de crédito (Cédula de Crédito Bancário) com o Banco Santander no valor de R\$ 70.000, conforme cronograma de amortização definido em contrato. A Companhia e suas controladas mantêm em suas operações, financiamentos e debêntures, garantias, referências e covenants, qualitativos e quantitativos, usuais do mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão adimplentes pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2021.

15. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Direito de outorga a pagar (i)	-	-	26.501	26.671
Projeção de fundo social a pagar	-	-	361	271
Parcela a pagar referente à aquisição Mauá	-	-	885	848
Adiantamento de clientes	-	-	16.504	21.118
Earn-out decorrente de Combinação de Negócios (ii)	-	-	-	126.947
Provisão para bônus	-	-	3.938	3.938
Arrendamentos	47.414	1.605	178.598	38.744
Aquisição de aeronave	2.023	3.876	2.023	3.874
Outras contas a pagar	842	9.419	238.593	238.552
	50.279	9.419	238.593	238.552
Circulante	4.540	6.986	63.059	159.041
Não circulante	45.439	2.431	175.634	71.811

(i) O montante a pagar pela controladora indireta Guarioraba em 31 de dezembro de 2021 é assim subdividido: (a) R\$ 13.586 (R\$ 12.939 em 31 de dezembro de 2020) devido ao município de Campo Grande - MS e (b) R\$ 12.915 devido ao Estado do Mato Grosso do Sul (R\$ 13.732 em 31 de dezembro de 2020) que será pago em parcelas mensais até outubro de 2030 sendo corrigidas anualmente pelo mesmo índice de correção da tarifa. O valor do pagamento mensal devido ao município de Campo Grande - MS está suspenso conforme acordo entre as partes até a definição em relação ao pedido feito pela controladora indireta Guarioraba para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato devido a antecipação de obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) solicitado pelo Poder Concedente Municipal em 2013. (ii) A controladora indireta Igarapé Sustentabilidade em decorrência do trânsito em julgado no processo nº 0003477-15.2013.4.01.3200 de natureza tributária, conforme previsto no Contrato de Compra e Venda da controladora indireta Manaus, assumiu um compromisso de pagar um prêmio ao vendedor pelo êxito na referida ação, sendo que o saldo remanescente em 31 de dezembro de 2020 foi liquidado, com correção, em março de 2021 no montante de R\$ 21.790, a pagar em junho de 2021 no valor de R\$ 25.696 e em agosto de 2021 no valor de R\$ 10.276.

16. Depósitos judiciais e provisões para demandas judiciais

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos civis, trabalhistas, tributários e ambientais e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações em que está envolvido. A Administração, com base nas avaliações dos assessores jurídicos internos e externos do Grupo, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas com as ações em curso, assim como, vem mantendo seus compromissos de depositar recursos judicialmente, quando requerido nos andamentos processuais, apresentando as seguintes posições:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Natureza	4.216	10.238	9.517	9.407
Cíveis	4.216	10.238	9.517	9.407
	4.216	10.238	9.517	9.407

	Depósitos judiciais		Demandas judiciais	
	2021	2020	2021	2020
Natureza	12.844	14.473	10.593	17.875
Cíveis	12.844	14.473	10.593	17.875
Trabalhistas	4.025	3.491	7.921	8.983
Tributárias	29.994	26.332	83.455	78.271
Ambientais	-	-	1.309	1.861
	46.863	44.296	103.278	106.790

Movimentação da provisão para demandas judiciais

	Resultado Consolidado				Indenização	Ativo de Atualização	Indenização em 2021	Ativo de Atualização em 2021
	Saldo em 2020	Adições	Reversões	Paga-mentos				
Natureza	17.675	20.446	(8.730)	(20.216)	732	1.342	(497)	10.593
Cíveis	8.983	4.062	(2.070)	(3.455)	-	401	-	7.921
Trabalhistas	78.271	3.097	-	-	-	(242)	2.329	83.455
Tributárias	1.861	-	(552)	-	732	1.342	(1.832)	10.593
Ambientais	106.790	27.605	(11.352)	(23.671)	-	-	-	103.278
Total	93.328	45.861	(7.487)	(32.318)	(3.338)	6.450	4.294	106.790

(i) Provisões a serem reembolsadas conforme estabelecido no instrumento de compra e venda da combinação de negócios. **Demandas judiciais possíveis:** As demandas judiciais passivas não reconhecidas referentes a processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda, somavam o montante de R\$ 49.464 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 47.827 em 31 de dezembro de 2020), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a contabilização de tais demandas. As demandas judiciais passivas reconhecidas em 31 de dezembro de 2021, totalizam R\$ 9.517 (R\$ 9.407 em 31 de dezembro de 2020), em razão de processo de natureza tributária, conforme previsto no Contrato de Compra e Venda da controladora indireta Manaus, assumiu um compromisso de pagar um prêmio ao vendedor pelo êxito na referida ação, sendo que o saldo remanescente em 31 de dezembro de 2020 foi liquidado, com correção, em março de 2021 no montante de R\$ 21.790, a pagar em junho de 2021 no valor de R\$ 25.696 e em agosto de 2021 no valor de R\$ 10.276.

(ii) Provisões a serem reembolsadas conforme estabelecido no instrumento de compra e venda da combinação de negócios. **Demandas judiciais possíveis:** As demandas judiciais passivas não reconhecidas referentes a processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda, somavam o montante de R\$ 49.464 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 47.827 em 31 de dezembro de 2020), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a contabilização de tais demandas. As demandas judiciais passivas reconhecidas em 31 de dezembro de 2021, totalizam R\$ 9.517 (R\$ 9.407 em 31 de dezembro de 2020), em razão de processo de natureza tributária, conforme previsto no Contrato de Compra e Venda da controladora indireta Manaus, assumiu um compromisso de pagar um prêmio ao vendedor pelo êxito na referida ação, sendo que o saldo remanescente em 31 de dezembro de 2020 foi liquidado, com correção, em março de 2021 no montante de R\$ 21.790, a pagar em junho de 2021 no valor de R\$ 25.696 e em agosto de 2021 no valor de R\$ 10.276.

(i) Provisões a serem reembolsadas conforme estabelecido no instrumento de compra e venda da combinação de negócios. **Demandas judiciais possíveis:** As demandas judiciais passivas não reconhecidas referentes a processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda, somavam o montante de R\$ 49.464 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 47.827 em 31 de dezembro de 2020), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a contabilização de tais demandas. As demandas judiciais passivas reconhecidas em 31 de dezembro de 2021, totalizam R\$ 9.517 (R\$ 9.407 em 31 de dezembro de 2020), em razão de processo de natureza tributária, conforme previsto no Contrato de Compra e Venda da controladora indireta Manaus, assumiu um compromisso de pagar um prêmio ao vendedor pelo êxito na referida ação, sendo que o saldo remanescente em 31 de dezembro de 2020 foi liquidado, com correção, em março de 2021 no montante de R\$ 21.790, a pagar em junho de 2021 no valor de R\$ 25.696 e em agosto de 2021 no valor de R\$ 10.276.

(i) Provisões a serem reembolsadas conforme estabelecido no instrumento de compra e venda da combinação de negócios. **Demandas judiciais possíveis:** As demandas judiciais passivas não reconhecidas referentes a processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda, somavam o montante de R\$ 49.464 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 47.827 em 31 de dezembro de 2020), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a contabilização de tais demandas. As demandas judiciais passivas reconhecidas em 31 de dezembro de 2021, totalizam R\$ 9.517 (R\$ 9.407 em 31 de dezembro de 2020), em razão de processo de natureza tributária, conforme previsto no Contrato de Compra e Venda da controladora indireta Manaus, assumiu um compromisso de pagar um prêmio ao vendedor pelo êxito na referida ação, sendo que o saldo remanescente em 31 de dezembro de 2020 foi liquidado, com correção, em março de 2021 no montante de R\$ 21.790, a pagar em junho de 2021 no valor de R\$ 25.696 e em agosto de 2021 no valor de R\$ 10.276.

(i) Provisões a serem reembolsadas conforme estabelecido no instrumento de compra e venda da combinação de negócios. **Demandas judiciais possíveis:** As demandas judiciais passivas não reconhecidas referentes a processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda, somavam o montante de R\$ 49.464 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 47.827 em 31 de dezembro de 2020), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a contabilização de tais demandas. As demandas judiciais passivas reconhecidas em 31 de dezembro de 2021, totalizam R\$ 9.517 (R\$ 9.407 em 31 de dezembro de 2020), em razão de processo de natureza tributária, conforme previsto no Contrato de Compra e Venda da controladora indireta Manaus, assumiu um compromisso de pagar um prêmio ao vendedor pelo êxito na referida ação, sendo que o saldo remanescente em 31 de dezembro de 2020 foi liquidado, com correção, em março de 2021 no montante de R\$ 21.790, a pagar em junho de 2021 no valor de R\$ 25.696 e em agosto de 2021 no valor de R\$ 10.276.

(i) Provisões a serem reembolsadas conforme estabelecido no instrumento de compra e venda da combinação de negócios. **Demandas judiciais possíveis:** As demandas judiciais passivas não reconhecidas referentes a processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda, somavam o montante de R\$ 49.464 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 47.827 em 31 de dezembro de 2020), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a contabilização de tais demandas. As demandas judiciais passivas reconhecidas em 31 de dezembro de 2021, totalizam R\$ 9.517 (R\$ 9.407 em 31 de dezembro de 2020), em razão de processo de natureza tributária, conforme previsto no Contrato de Compra e Venda da controladora indireta Manaus, assumiu um compromisso de pagar um prêmio ao vendedor pelo êxito na referida ação, sendo que o saldo remanescente em 31 de dezembro de 2020 foi liquidado, com correção, em março de 2021 no montante de R\$ 21.790, a pagar em junho de 2021 no valor de R\$ 25.696 e em agosto de 2021 no valor de R\$ 10.276.

AGEGA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)**

no artigo 200 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). c) **Ajuste de avaliação patrimonial:** Refere-se à variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos reconhecidos em outros resultados abrangidos, bem como os respectivos efeitos tributários. d) **Reserva de incentivo fiscal:** (i) O incentivo fiscal estabelecido pelo programa PID (Programa de Incentivo ao Desenvolvimento), conforme Decreto Lei Complementar nº 128 de 2011, tem por objetivo beneficiar a Companhia que efetuou gastos com reformas, construção e adaptação de imóvel, bem como o valor de locação do imóvel. O benefício da Companhia foi celebrado através do Decreto 6.398/2014. (ii) A Reserva foi constituída com base no art. 11 da Resolução CD/CONDEL/SUDAM nº 65 de 29 de dezembro de 2017 do Ministério da Integração Nacional. As controladas possuem incentivo fiscal de redução da alíquota do Imposto de Renda em 75%, o qual é calculado com base no lucro da exploração das controladas indretas Claudia, Diamantina, Manaus, Nortelândia, Poconé, Pedra Preta, São José, Sorriso, e Vera e as controladas de mesma natureza: Manaus, Novo Progresso, Sinop, Teresina e Timon. e) **Base legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social. f) **Dividendos:** Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. A preferência de recebimento é de todos os titulares das ações preferenciais classe C. As ações preferenciais classe A terão preferência no recebimento em relação às ações preferenciais classe B. Sendo que, as ações ordinárias farão jus aos lucros remanescentes. Os dividendos declarados e pagos foram calculados conforme segue:

	2021		2020	
Lucro líquido do exercício	500.637	532.290	-	-
(-) Constituição da reserva legal	(25.032)	(26.615)	-	-
Lucro líquido ajustado	475.605	505.675	-	-
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	118.901	126.419	-	-
Dividendos distribuídos do resultado de exercícios anteriores	207.996	164.109	-	-
Dividendos preferenciais	60.660	223.144	-	-
Dividendos intercalares distribuídos	20.895	47.918	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	37.346	-	-	-
	326.897	435.171	-	-

Proposta de dividendos adicionais do exercício

O exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia declarou o destino dos dividendos intermediários, intercalares e mínimos obrigatórios no montante de R\$ 326.898 (R\$ 435.170 em 31 de dezembro de 2020). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia pagou R\$ 289.551 dos dividendos declarados e destinados no montante de R\$ 326.897 (R\$ 435.170 em 31 de dezembro de 2020). Em janeiro de 2022, a Companhia declarou e pagou dividendos aos acionistas detentores das ações preferenciais classe A, classe D e ações ordinárias no montante de R\$ 33.819. Em fevereiro de 2022, a Companhia declarou e pagou dividendos aos acionistas detentores das ações preferenciais classe C o montante de R\$ 16.695. g) **Reserva de retenção de lucros:** A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), não propôs retenção de parcela do lucro excedente à constituição da reserva legal, uma vez que recomendou distribuição integral como dividendos desse excedente, recomendação esta que estará à disposição para retensão ou aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.

18. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita de prestação de serviços	-	-	2.021.663	1.833.234
Serviços de abastecimento de água	-	-	208.663	151.980
Outros serviços indiretos de água	-	-	660.432	500.746
Serviços de esgoto	-	-	32.209	18.784
Outros serviços indiretos de esgoto	-	-	-	-
Recursos de serviços administrativos - partes relacionadas (nota explicativa nº 9)	207.809	144.547	34.509	27.953
Recursos de construção ativo financeiro	-	-	250.230	34.260
Remuneração do ativo financeiro	-	-	772.037	524.440
Recursos de construção ativo intangível	-	-	-	-
Total receita bruta	207.809	144.547	4.007.696	3.069.560

Deduções da receita bruta (-) Cancelamentos e abatimentos (-) Impostos sobre serviços Total da receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Pessoal	(106.481)	(112.538)	(323.850)	(303.375)
Conservação e manutenção	(855)	(424)	(35.994)	(39.372)
Serviços de terceiros	(58.193)	(70.126)	(196.028)	(181.570)
Materiais, equipamentos e veículos	(1.714)	(2.244)	(37.104)	(22.978)
Amortização e depreciação	(15.223)	(13.027)	(325.943)	(261.631)
Custo de concessão	-	-	(34.711)	(30.078)
Custo de construção ativo financeiro	-	-	(113.743)	(18.112)
Custo de construção ativo intangível	-	-	(772.037)	(524.440)
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(119.755)	(109.975)
Recuperação de títulos de contas a receber	-	-	18.851	24.455
Provisão para demandas judiciais	-	-	(6.012)	(16.253)
Impostos, taxas e contribuições	(2.919)	(1.419)	(7.563)	(4.467)
Energia elétrica	(64)	(195)	(274.095)	(239.486)
Produtos químicos	(12.980)	(7.865)	(47.471)	(39.673)
Outros	(198.429)	(213.670)	(2.361.890)	(1.840.436)
	(101.212)	(86.666)	(1.857.650)	(1.369.290)
Custos dos serviços prestados	(91.460)	(117.285)	(498.483)	(461.427)
Despesas administrativas e gerais	(5.757)	(9.719)	(5.757)	(9.719)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-
Total resultado financeiro				

Recalculamos

Rendimento sobre aplicações financeiras e debêntures privadas (i) Juros e multa recebidos ou auferidos Variações cambiais ativas Atualização monetária de crédito de PIS/COFINS com decisão judicial (ii) Ganho com instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 22) Descontos concedidos Despesas e comissões bancárias (Provisão) Reversão à valor presente de clientes (nota explicativa nº 8) Impostos s/receita financeira (PIS/COFINS) Perda com instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 22)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Rendimento sobre aplicações financeiras e debêntures privadas (i)	55.321	11.453	135.842	41.774
Juros e multa recebidos ou auferidos	322	94	70.736	34.499
Variações cambiais ativas	174.671	200.335	326.377	386.354
Atualização monetária de crédito de PIS/COFINS com decisão judicial (ii)	-	-	-	63.734
Ganho com instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 22)	331.891	326.678	613.153	603.915
Descontos concedidos	520	553	5.161	8.569
Despesas e comissões bancárias	(101.212)	(86.666)	(1.857.650)	(1.369.290)
(Provisão) Reversão à valor presente de clientes (nota explicativa nº 8)	(234.460)	(2.867)	(12.502)	(10.699)
Impostos s/receita financeira (PIS/COFINS)	(3.247)	(4.452)	(380.051)	(4.452)
Perda com instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 22)	(205.863)	(473.571)	(494.509)	(896.678)
Despesas administrativas e gerais	(8.910)	(5.544)	(41.943)	(42.277)
Despesas financeiras	(702.868)	(824.438)	(1.750.310)	(1.422.027)
Resultado financeiro	(140.143)	(85.325)	(599.041)	(303.182)

(i) No saldo de 31 de dezembro de 2021 foram incorridos juros sobre as rubricas de caixa e equivalentes no caixa no montante de R\$237 (R\$182 em 31 de dezembro de 2020). (ii) Em consequência do trânsito em julgado favorável à controlada indireta Manaus do processo nº 0003477-15.2013.4.01.3200 ocorrido em 02 de março de 2020, referente a inexistência de PIS e COFINS sobre a prestação de serviços, a respectiva controlada indireta reconheceu no resultado daquele trimestre, atualização monetária dos valores de créditos de PIS e COFINS recolhidos no período de 5 anos anteriores ao ajuizamento da ação.

21. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a) **Imposto de renda e contribuição social correntes:** A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está apresentada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	509.388	525.178	897.326	767.370
Resultado de equivalência patrimonial	(599.702)	(695.825)	(63.674)	-
Lucro líquido ajustado	(90.314)	(170.647)	833.652	767.370
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(30.707)	(58.020)	(283.442)	(260.906)
Despesas indebitáveis	(1.666)	(6.265)	5.664	(35.200)
Ajuste de preço na aquisição de controladas	-	-	-	1.824
Juros sobre capital próprio recebido	(3.118)	(8.469)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre diferenças temporárias não reconhecidas (i)	(1.721)	(2.084)	(2.210)	15.152
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social reconhecido (ii)	(27.290)	(28.196)	(46.434)	(45.862)
Aterragem de alíquota de 34% para 15,25% sobre diferenças temporárias (i)				

☆ continuação **AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.**
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. • Risco de taxa de juros: O Grupo está exposto a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, debêntures privadas partes relacionadas, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos, financiamentos e debêntures, mútuo a pagar para partes relacionadas e outras contas a pagar. Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Instrumentos de taxa variável	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	729.644	498.682	2.431.742	2.587.050
Debêntures privadas partes relacionadas	280.375	46.288	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	671.080	666.706	1.194.012	1.203.699
	1.681.099	1.211.676	3.625.754	3.790.749
Instrumentos de taxa variável				
Passivos financeiros				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.414.789	1.365.295	8.568.680	7.612.584
Mútuo a pagar para partes relacionadas	1.294.212	1.205.203	-	-
Outras contas a pagar	49.437	5.479	207.352	70.112
	3.758.438	2.575.977	8.776.032	7.682.696

A Administração do Grupo realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável. A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2021	Cenários				
				I	II	III	IV	V
				25%	50%	-25%	-50%	-50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	729.644	Varição do CDI	9,15%	66.762	83.453	100.143	50.072	33.381
Debêntures Privadas	280.375	Varição do CDI	9,15%	25.654	32.068	38.481	19.241	12.827
2- Passivos financeiros								
Empréstimos e debêntures	(2.331.941)	Varição do CDI	9,15%	(213.373)	(266.716)	(320.060)	(160.030)	(106.687)
Debêntures	(82.848)	Varição do IPCA	10,06%	(8.335)	(10.419)	(12.503)	(6.251)	(4.168)
1 + 2 - Exposição líquida	(1.404.770)			(129.292)	(161.614)	(193.939)	(66.968)	(64.647)

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2021	Cenários				
				I	II	III	IV	V
				25%	50%	-25%	-50%	-50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	2.429.935	Varição do CDI	9,15%	222.339	277.924	333.509	166.754	111.170
2- Passivos financeiros								
Debêntures e empréstimos	(4.439.220)	Varição do CDI	9,15%	(406.189)	(507.736)	(609.284)	(304.642)	(203.095)
Debêntures e empréstimos	(993.532)	Varição do IPCA	10,06%	(99.949)	(124.936)	(149.924)	(74.962)	(49.975)
Empréstimos e financiamentos	(78.097)	Varição da SELIC	9,15%	(7.146)	(8.933)	(10.719)	(5.360)	(3.573)
Financiamentos	(407.149)	Varição da TJLP	5,32%	(21.660)	(27.075)	(32.490)	(16.245)	(10.830)
Outorga a pagar	(26.706)	Varição do INPC	10,16%	(2.713)	(3.391)	(4.070)	(2.035)	(1.357)
1 + 2 - Exposição líquida	(3.514.769)			(315.518)	(394.147)	(472.978)	(236.490)	(157.660)

Não houve variação na taxa de juros para o financiamento atualizado pela TR, por esse motivo não realizamos o teste de sensibilidade para esse instrumento financeiro. **Risco de taxa de câmbio:** Os riscos de taxas de câmbio decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelo Grupo para contratação de instrumentos financeiros. Para mitigar os riscos de variação cambial, os instrumentos financeiros do Grupo em moeda estrangeira estão cobertos com a contratação de operações de *hedge* através de instrumentos financeiros derivativos do tipo "swap". O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira do Grupo, conforme fornecido aos acionistas baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme abaixo:

Risco cambial	Exposição em (US\$ mil)	Unidade	Taxa de câmbio em 2021	Cenários				
				I	II	III	IV	V
				Provável	25%	50%	-25%	-50%
1- Instrumentos derivativos								
Empréstimos e financiamentos	(425.589)	USD	R\$ 5,5805	(163.341)	(204.176)	(245.012)	(122.506)	(81.671)
Swap - Ponta ativa	429.296	USD	R\$ 5,5805	164.764	205.955	247.146	123.573	82.382
Exposição líquida	3.707			1.423	1.779	2.134	1.067	711

Gerenciamento do capital
A gestão de capital do Grupo é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os quotistas e o risco para quotistas e credores. **Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros**

No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros:

Ativo	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil		Valor Justo	
				2021	2020	2021	2020
				2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa (i)	6	Custo amortizado	Nível 2	63.113	79	63.113	79
Aplicações financeiras (i)	7	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	729.644	498.682	729.644	498.682
Contas a receber de clientes (i)	8	Custo amortizado	Nível 2	43.341	11.138	43.341	11.138
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (i)	9	Custo amortizado	Nível 2	165.512	286.417	165.512	286.417
Debêntures privadas partes relacionadas (i)	9	Custo amortizado	Nível 2	280.375	46.288	280.375	46.288
Contas correntes a receber de partes relacionadas (i)	9	Custo amortizado	Nível 2	271.233	311.914	271.233	311.914
Instrumentos financeiros derivativos (i)		Valor justo - Instrumentos de <i>hedge</i>	Nível 2	671.080	666.706	671.080	666.706
Títulos de valores mobiliários (i)		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Nível 2	4.243.361	-	4.243.361	-
				6.467.659	1.821.224	6.467.659	1.821.224
Total Passivo							
Fornecedores e empreiteiros (i)	13	Custo amortizado	Nível 2	19.616	21.651	19.616	21.651
Empréstimos, financiamentos e debêntures (ii)	14	Custo amortizado	Nível 2	2.414.789	1.365.295	2.591.408	1.422.925
Mútuo a pagar para partes relacionadas (i)	9	Custo amortizado	Nível 2	1.294.212	1.205.203	1.294.212	1.205.203
Outras contas a pagar (i)		Custo amortizado	Nível 2	50.276	9.417	50.275	9.417
Total				3.778.893	2.601.566	3.955.511	2.659.916

Ativo	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil		Valor Justo	
				2021	2020	2021	2020
				2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa (i)	6	Custo amortizado	Nível 2	105,689	81,948	105,689	81,948
Aplicações financeiras (i)	7	Custo amortizado	Nível 2	40.176	41.770	40.176	41.770
Aplicações financeiras (i)		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	2.391.566	2.545.280	2.391.566	2.545.280
Contas a receber de clientes (i)	8	Custo amortizado	Nível 2	1.580.115	1.173.473	1.580.115	1.173.473
Instrumentos financeiros derivativos (i)		Valor justo - Instrumentos de <i>hedge</i>	Nível 2	1.194.012	1.203.699	1.194.012	1.203.699
Títulos de valores mobiliários (i)		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Nível 2	4.243.361	-	4.243.361	-
				9.554.919	5.046.170	9.554.919	5.046.170
Total Passivo							
Fornecedores e empreiteiros (i)	13	Custo amortizado	Nível 2	235.676	195.603	235.676	195.603
Empréstimos, financiamentos e debêntures (ii)	14	Custo amortizado	Nível 2	8.568.680	7.612.584	9.247.826	8.335.623
Outras contas a pagar (i)		Custo amortizado	Nível 2	238.693	230.877	238.693	230.877
Total				9.043.049	8.039.064	9.722.195	8.762.103

(i) Para algumas das operações a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações; (ii) Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM & F Bovespa e Bloomberg) acessadas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI). **Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia e suas controladas fizeram contratações de contratos de swap, com o objetivo de trocar a variação cambial do dólar norte americano e o spread dos contratos obtidos em moeda estrangeira, pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia mantém os instrumentos financeiros derivativos de swap para a cobertura do risco de câmbio e taxas, conforme demonstrado:

Derivativo	Controladora		Ativo	
	Nocional	Ativo	Passivo	Mercado
Swap - Senior Notes	USD 230.000	USD +6,7647% a.a.	CDI + 142,80% a.a.	CETIP 10/outubro/24 658,602 674,080
Swap - Senior Notes	R\$ 316.730	CDI + 142,80% a.a.	CDI + 2,86% a.a.	CETIP 10/outubro/24 12,478 (7.374)
				671,080 666,706
Circulante				- 50,489
Não circulante				671,080 616,217
Consolidado				
Derivativo	Nocional	Ativo	Passivo	Mercado
Swap - Senior Notes	USD 400.000	USD +6,7647% a.a.	CDI 141,95% até 142,80% a.a.	CETIP 10/outubro/24 1.130,090 1.157,277
Swap - Senior Notes	R\$ 316.730	CDI + 142,80% a.a.	CDI + 2,86% a.a.	CETIP 10/outubro/24 12,478 (7.374)
Swap - Loan Proparco	USD 25.263	USD + 4,89% a.a.	CDI + 2,70% a.a.	CETIP 15/dezembro/26 51,444 53,796
				1.194.012 1.203.699
Circulante				6,661 102,913
Não circulante				1.187.351 1.100.786

O Grupo efetuou o registro dos ganhos e perdas oriundos dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os impactos no resultado dos exercícios foram:

Derivativo	Controladora		Consolidado	
	Mercado	Risco	2021	2020
Swap	CETIP	CDI	127.644	322.226
			127.644	322.226
			233.102	599.463
			233.102	599.463

Instrumentos financeiros derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa:	Controladora		Patrimônio líquido	
	2020	Variação	2021	2021
Riscos de moeda	187.640	(74.193)	113.447	113.447
IR/CS diferidos	(63.798)	25.226	(38.572)	(38.572)
Ganhos líquidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	123.842	(48.967)	74.875	74.875
			Resultado	Resultado
			2020	2021
			322.226	127.644

Instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa:
Ganhos reconhecidos no resultado do exercício (nota explicativa nº 20)

Instrumentos financeiros derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa:	Controladora		Patrimônio líquido	
	2020	Variação	2021	2021
Riscos de moeda	340.436	(145.149)	195.287	195.287
IR/CS diferidos	(115.748)	49.350	(66.398)	(66.398)
Ganhos líquidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	224.688	(95.799)	128.889	128.889
			Resultado	Resultado
			2020	2021
			599.463	233.102

Instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa:
Ganhos reconhecidos no resultado do exercício (nota explicativa nº 20)
Para testar a efetividade do *hedge*, o Grupo usa o método do derivativo hipotético, comparando as mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* com as mudanças no valor justo dos itens protegidos atribuíveis aos riscos protegidos. As fontes de ineffectividade de *hedge* podem ser oriundas de: • Índices diferentes (e, consequentemente, curvas diferentes) associados ao risco protegido dos itens cobertos e instrumentos de *hedge*; • O risco de crédito das contrapartes tem um impacto diferente nos movimentos do valor justo dos instrumentos de *hedge* e itens protegidos; • Alterações na quantia prevista de fluxos de caixa de itens protegidos e instrumentos de *hedge*. **Valor justo:** *Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos:* O Grupo, divulga um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado, considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual o Grupo está exposto na data do balanço, incluindo todas as operações com instrumentos financeiros derivativos. Administração considera o dólar do cenário base de R\$ 5,5805/US\$. O cenário I é o dólar a R\$ 4,4644/US\$, o cenário II é o dólar a R\$ 3,1889/US\$ e o cenário III é o dólar a R\$ 2,7903. Além disso, em outra avaliação, considera-se como risco a alta do CDI. O Grupo considera como cenário base a curva de taxas referenciais DI x Pré divulgadas pela B3 no dia 31 de dezembro de 2021. O Grupo estimou o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%. A Administração considera ainda o risco da alta do Cupom Cambial. O Grupo considera como cenário base a curva de taxas referenciais Cupom Limpo divulgadas pela B3 no dia 31 de dezembro de 2021. O Grupo estimou o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%. Dessa forma, temos o seguinte quadro demonstrativo de análise de sensibilidade:

Instrumento	Exposição	Risco	Cenário		
			I	II	III
			2021	2021	2021
Swap	671.080	Queda USD	374.342	35.213	(70.765)
		Alta Curva CDI	662.404	646.765	639.696
		Alta Curva Cupom Cambial	656.783	629.056	615.608
			Consolidado	Consolidado	
			2021	2021	2020
			127.644	322.226	233.102
			127.644	322.226	233.102
			233.102	599.463	599.463
			233.102	599.463	599.463

23. Cobertura de seguros
O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a cobertura de seguros era composta por:

Danos materiais	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Responsabilidade civil	124.000	124.000	124.000	124.000
Executante concessionário	100.000	100.000	100.000	100.000
Equipamentos e veículos	76.221	158.778	1.048.022	1.079.735
D&O - Directors and Officers Liability Insurance	216.594	199.601	1.341.582	1.741.245
Riscos de engenharia	80.000	80.000	80.000	80.000
	-	-	465.517	457.929

☆ continuação	AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
<p>Ao Conselho de Administração e aos Diretores da</p> <p>Aegea Saneamento e Participações S.A. São Paulo - SP</p> <p>Opinião</p> <p>Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Aegea Saneamento e Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.</p> <p>Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB).</p> <p>Base para opinião</p> <p>Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Ênfase</p> <p><i>Reapresentação dos valores correspondentes</i></p> <p>Conforme mencionado na nota explicativa 5, em decorrência da correção de erros relacionados a aplicação do CPC 04 (R1) - Ativo Intangível e respectivos efeitos tributários, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo representados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não está ressaltada em relação a esse assunto.</p> <p>Principais assuntos de auditoria</p> <p>Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p> <p>Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.</p> <p><i>Redução ao valor recuperável das contas a receber</i></p> <p>A mensuração da estimativa de redução ao valor recuperável das contas a receber necessita que a diretoria das controladas façam o uso de julgamentos significativos relacionados aos dados, critérios e premissas utilizadas. Em função da estimativa envolver um elevado nível de julgamento por parte da diretoria e a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e levando em consideração as características específicas das concessões, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria</p> <p><i>Como nossa auditoria conduziu esse assunto</i></p> <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento com responsáveis da diretoria acerca dos principais critérios envolvidos na elaboração das premissas da estimativa do valor recuperável das contas a receber; (ii) avaliação das estimativas utilizadas pela diretoria em relação às perdas esperadas contabilizadas; (iii) análise da integridade das bases de cálculo utilizadas; (iv) testes em bases amostrais com o objetivo de validar o histórico de perda e a classificação dos ativos entre as categorias privado, setor público e renegociações; (v) recálculo matemático dos índices de inadimplência; e (vi) inspeção, em base amostral, das documentações que suportavam negociações realizadas com clientes que justificassem a avaliação da diretoria com relação a parcelamentos.</p> <p>Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a redução ao valor recuperável das contas a receber, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos respectivos ativos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas 4.h. e 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p> <p><i>Capitalização de gastos nos ativos de contrato de concessão e intangível</i></p> <p>Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas 4.g., 4.m., 11 e 12.</p> <p>A mensuração do ativo de contrato de concessão e consequentemente do intangível é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e intangível como área significativa de auditoria.</p>	<p>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor</p> <p>A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.</p> <p>Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.</p> <p>Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas</p> <p>A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.</p> <p>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas</p> <p>Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.</p> <p>Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. <p>Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.</p> <p>Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superpor os benefícios da comunicação para o interesse público.</p>

Campinas, 22 de fevereiro de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP027623/O
José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4



ePharma - PBM do Brasil S.A.

Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais - R\$)				
Balanços patrimoniais	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo/Circulante	75.345	61.471	82.314	63.749
Caixa e equivalentes de caixa	13.536	3.674	13.920	3.720
Títulos e valores mobiliários	3.719	12.968	3.719	12.968
Contas a receber de clientes e de redes credenciadas	55.302	42.140	55.302	42.141
Estoques	-	-	6.051	1.139
Outros ativos circulantes	2.788	2.689	3.322	3.781
Não circulante	32.000	27.513	30.397	26.288
Partes relacionadas	258	507	-	215
IR e CS diferidos	11.528	7.638	11.664	7.860
Investimento em controladas	2.165	1.504	-	-
Imobilizado	1.619	1.694	1.627	1.701
Intangível	15.418	14.838	15.753	15.180
Direito de uso de arrendamento	1.012	1.332	1.353	1.332
Total do ativo	107.345	88.984	112.711	90.037
Passivo/Circulante	63.154	57.050	68.520	57.986
Fornecedores e contas a pagar	40.354	39.022	49.069	45.621
Passivo de arrendamento	994	1.284	1.339	1.284
Partes relacionadas	5.318	7.090	923	838
Obrigações trabalhistas	8.979	4.566	8.997	4.638
Obrigações tributárias	1.050	563	1.733	1.081
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	6.368	4.288	6.368	4.288
Obrigações por aquisição de controlada	-	-	-	-
Outras contas a pagar	91	237	91	236
Não circulante	3.867	871	3.867	988
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	3.867	871	3.867	988
Patrimônio líquido	40.324	31.063	40.324	31.063
Capital social	23.280	23.280	23.280	23.280
Reserva de Capital	-	-	-	-
Reservas de lucros	17.044	7.783	17.044	7.783
Total do passivo e patrimônio líquido	107.345	88.984	112.711	90.037
Demonstrações do resultado				
	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
	2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	80.154	57.552	133.248	97.783
Custo das mercadorias vendidas	(26.789)	(2.897)	(77.404)	(41.951)
Lucro bruto	53.365	54.655	55.844	55.832
Receitas (despesas) operacionais	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(43.424)	(48.946)	(44.217)	(50.225)
Equivalência patrimonial	661	(223)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.314	430	727	277
Lucro antes do resultado financeiro	(41.449)	(48.739)	(43.490)	(49.948)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	-	-	-	-
Lucro antes do resultado financeiro	11.916	5.916	12.354	5.884
Despesas financeiras	(270)	(336)	(277)	(346)
Receitas financeiras	564	590	568	621
Resultado financeiro	294	254	291	275
Lucro antes do IR e CS	12.210	6.170	12.645	6.159
IR e CS - Corrente	(6.502)	(3.111)	(6.852)	(3.111)
IR e CS - Diferido	(3.890)	(1.345)	(3.805)	(1.356)
Lucro líquido do exercício	(2.612)	(1.766)	(3.047)	(1.755)
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído a:	-	-	-	-
Acionistas controladores	-	-	9.598	4.404
Acionistas não controladores	-	-	-	-

Notas explicativas
Contexto Operacional: A ePharma PBM do Brasil S.A. ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na Alameda Mamoré, 989 - 9º andar - conjunto 902 - Alphaville - Barueri - SP e tem como principal objetivo o desenvolvimento e a comercialização de serviços de gestão de assistência farmacêutica e de saúde, provendo ferramentas tecnológicas para a

ePharma - PBM do Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido				
Capital social integralizado	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
Saldos em 31 de dezembro de 2019	23.132	787	(677)	1.429
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	220
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	2.092
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	-	-	-	(317)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(821)
Opção planos de ações e de opção de ações	148	3.133	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	23.280	3.920	(677)	1.649
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	480
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	4.559
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	-	-	-	(2.092)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(1.821)
Opção planos de ações e de opção de ações	-	3.952	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	23.280	7.872	(677)	2.129
Demonstrações do fluxo de caixa				
	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	9.598	4.404	9.598	4.404
Ajuste de Itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro	4.555	3.952	4.565	4.001
Depreciação e amortização	-	91	-	91
Amortização ágio	-	-	-	-
Amortização direito de uso de arrendamento	320	799	427	916
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	2.996	(12)	2.879	139
Provisão (reversão) esperada com crédito de liquidação duvidosos	-	-	-	-
Baixa do imobilizado e intangível	-	17	-	190
Baixa direito de uso de arrendamento	-	3.565	-	4.107
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	(3.890)	(1.376)	(3.804)	(1.388)
Equivalência patrimonial	(661)	223	-	-
Programa de pagamento em ações - "stock options"	3.952	3.133	3.952	3.133
Outras receitas (despesas) que não afetam caixa	(14)	(2)	(14)	(2)
Fluxo de caixa líquido	17.157	14.475	17.904	15.272
Aumento/(redução) de ativos	-	-	-	-
Contas a receber de clientes e da rede conveniada	(13.463)	(7.204)	(13.462)	(7.205)
Estoques	-	-	(4.912)	(668)
Outros Ativos Circulantes	(99)	1.377	459	1.354
Partes relacionadas	249	(484)	215	(215)
Subtotal	(13.313)	(6.291)	(17.700)	(6.734)
Aumento/(redução) de passivos	-	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar da rede conveniada	1.288	2.642	3.399	6.540
Arrendamento direito de uso	(290)	(4.430)	55	(5.102)
Obrigações trabalhistas e tributárias	748	(17)	859	557
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(2.195)	(728)	(2.195)	(728)
Atividades de financiamento	-	-	-	-
Dividendos pagos	-	(634)	-	(634)
Remuneração do capital próprio a pagar	(2.195)	(243)	(2.195)	(243)
Aumento de capital	-	149	-	149
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(2.195)	(728)	(2.195)	(728)
Atividades de investimento	-	-	-	-
Aumento/(redução) de caixa e equivalente de caixa	9.862	(2.285)	10.200	(2.256)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.674	5.959	3.720	5.976
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	13.536	3.674	13.920	3.720
Aumento/(redução) de caixa e equivalente de caixa	9.862	(2.285)	10.200	(2.256)

na Controlada Flex Soluções em Gestão de Saúde Ltda. ("Flex"), cujo objetivo principal é a comercialização de produtos farmacêuticos de elevado custo. **Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos técnicos e as interpretações e orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua Controlada, Flex Soluções em Gestão de Saúde Ltda.

A Diretoria

Contador

Marcos A. C. Inocencio - CRC: 1SP184.808/O-6

One7 Securitizadora de Créditos Comerciais S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido				
Capital social integralizado	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
Saldos em 31 de dezembro de 2019	23.132	787	(677)	1.429
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	220
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	2.092
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	-	-	-	(317)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(821)
Opção planos de ações e de opção de ações	148	3.133	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	23.280	3.920	(677)	1.649
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	480
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	4.559
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	-	-	-	(2.092)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(1.821)
Opção planos de ações e de opção de ações	-	3.952	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	23.280	7.872	(677)	2.129
Demonstrações do fluxo de caixa				
	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	9.598	4.404	9.598	4.404
Ajuste de Itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro	4.555	3.952	4.565	4.001
Depreciação e amortização	-	91	-	91
Amortização ágio	-	-	-	-
Amortização direito de uso de arrendamento	320	799	427	916
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	2.996	(12)	2.879	139
Provisão (reversão) esperada com crédito de liquidação duvidosos	-	-	-	-
Baixa do imobilizado e intangível	-	17	-	190
Baixa direito de uso de arrendamento	-	3.565	-	4.107
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	(3.890)	(1.376)	(3.804)	(1.388)
Equivalência patrimonial	(661)	223	-	-
Programa de pagamento em ações - "stock options"	3.952	3.133	3.952	3.133
Outras receitas (despesas) que não afetam caixa	(14)	(2)	(14)	(2)
Fluxo de caixa líquido	17.157	14.475	17.904	15.272
Aumento/(redução) de ativos	-	-	-	-
Contas a receber de clientes e da rede conveniada	(13.463)	(7.204)	(13.462)	(7.205)
Estoques	-	-	(4.912)	(668)
Outros Ativos Circulantes	(99)	1.377	459	1.354
Partes relacionadas	249	(484)	215	(215)
Subtotal	(13.313)	(6.291)	(17.700)	(6.734)
Aumento/(redução) de passivos	-	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar da rede conveniada	1.288	2.642	3.399	6.540
Arrendamento direito de uso	(290)	(4.430)	55	(5.102)
Obrigações trabalhistas e tributárias	748	(17)	859	557
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(2.195)	(728)	(2.195)	(728)
Atividades de financiamento	-	-	-	-
Dividendos pagos	-	(634)	-	(634)
Remuneração do capital próprio a pagar	(2.195)	(243)	(2.195)	(243)
Aumento de capital	-	149	-	149
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(2.195)	(728)	(2.195)	(728)
Atividades de investimento	-	-	-	-
Aumento/(redução) de caixa e equivalente de caixa	9.862	(2.285)	10.200	(2.256)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.674	5.959	3.720	5.976
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	13.536	3.674	13.920	3.720
Aumento/(redução) de caixa e equivalente de caixa	9.862	(2.285)	10.200	(2.256)

na Controlada Flex Soluções em Gestão de Saúde Ltda. ("Flex"), cujo objetivo principal é a comercialização de produtos farmacêuticos de elevado custo. **Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos técnicos e as interpretações e orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua Controlada, Flex Soluções em Gestão de Saúde Ltda.

Atic Holding S.A.

Demonstrações do resultado				
Balanços patrimoniais	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo/Circulante	75.345	61.471	82.314	63.749
Caixa e equivalentes de caixa	13.536	3.674	13.920	3.720
Títulos e valores mobiliários	3.719	12.968	3.719	12.968
Contas a receber de clientes e de redes credenciadas	55.302	42.140	55.302	42.141
Estoques	-	-	6.051	1.139
Outros ativos circulantes	2.788	2.689	3.322	3.781
Não circulante	32.000	27.513	30.397	26.288
Partes relacionadas	258	507	-	215
IR e CS diferidos	11.528	7.638	11.664	7.860
Investimento em controladas	2.165	1.504	-	-
Imobilizado	1.619	1.694	1.627	1.701
Intangível	15.418	14.838	15.753	15.180
Direito de uso de arrendamento	1.012	1.332	1.353	1.332
Total do ativo	107.345	88.984	112.711	90.037
Passivo/Circul				

TRIER ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF Nº 10.441.611/0001-29 - NIRE Nº 53300016798

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

SEGUNDA AGE DE 2022 REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO.

(Lavrada sob a forma de sumário, conforme faculta o § 1º do Art. 130 da Lei nr. 6.404.76)

I – CONVOCAÇÃO: Dispensada a publicação e demais formalidades legais por se encontrarem presentes a totalidade dos acionistas nos termos do Art. 124, § 4º da Lei 6.404/76, conforme livro de presença de acionistas. **II – ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(a)** Redução do Capital Social da Companhia, por julgá-lo excessivo, de acordo com o artigo 173 da Lei 6.404/76 ("LSA"), com dação em pagamento com quotas da empresa SPE Condomínio Vila Bella Ltda., de propriedade da companhia; **(b)** Autorização à diretoria da Companhia para transferência das quotas diretamente para a Ettal Participações Societárias S.A.; **(c)** Alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para adequar o mesmo à alteração do Capital Social. **III – INSTALAÇÃO:** Instalada às 08:00 horas (oito horas) do dia 22 de fevereiro de 2022, em sua sede social sito a SOF Norte, Qd. 01, Conj. D, nº 16 casa - Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.634-140 sob a presidência do Diretor Presidente o Sr. José Américo Miari, CPF: 056.181.506-20, Engenheiro Civil, casado, residente e domiciliado na SHIS QI 09, conjunto 11, casa 05 - Lago Sul - Brasília/DF, CEP: 71625-110, sendo secretariado pelo Diretor Executivo o Sr. Lúcio Abreu Rosa Miari, CPF: 494.886.861-20, Engenheiro Civil, casado, residente e domiciliado na SHIS QI 09, conjunto 06, 10, Lago Sul - Brasília/DF, CEP: 71625-060. Compareceram 100% (cem por cento) dos Membros da Diretoria e acionistas, representando 100% (cem por cento) do Capital Social. **IV – DELIBERAÇÕES:** Depois de prestados os esclarecimentos necessários, os acionistas presentes, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas ou restrições, decidiram: **(a)** Aprovar, a redução do Capital Social da Companhia em R\$ 13.235.296,00 (Treze milhões, duzentos e trinta e cinco mil, duzentos e noventa e seis reais), por julgá-lo excessivo em relação às atividades desenvolvidas de acordo com o artigo 173 da Lei 6.404/76 ("LSA"). O Capital Social da Companhia passa de R\$ 64.235.296,00 (Sessenta e quatro milhões, duzentos e trinta e cinco mil, duzentos e noventa e seis reais) para R\$ 51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de reais), sem o cancelamento de qualquer ação emitida pela companhia. A restituição do capital social será realizada aos acionistas na proporção de suas respectivas participações no capital social. O pagamento da restituição do capital social, será realizado mediante dação em pagamento com 831.499 (oitocentas e trinta e uma mil, quatrocentas e noventa e nove) quotas da empresa SPE Condomínio Vila Bella Ltda, empresa de direito privado com sede na cidade de Macapá/AP - sito a Rodovia Duca Serra - S/Nr - Km 08 - Lote 48A 1 B - Bairro Marabaixo - CEP 68.906-301, inscrita no CNPJ sob o nº 15.387.019/0001-00 com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Distrito Federal (JCDF), sob o número 532.0179955.7 em 16/04/2012, com transferência de sede registrada na Junta Comercial do Estado do Amapá (JUCAP), sob número 16200118955 em 18/12/2013 e posterior alteração contratual com registro na JUCAP sob nr. 20140029648 em 26/03/2014, 20150137354 em 03/12/2015 e 20160021413 em 16/03/2016, de propriedade da companhia; Os acionistas, declaram que aceitam as quotas descritas como certas e valiosas, nas mesmas condições das ações emitidas pela companhia, recebidas de acordo com a escritura pública, lavrada em 27 de Outubro de 2015, protocolo 163180, folhas 187 a 189 do livro 2239; **(b)** Aprovar a autorização à diretoria da Companhia para transferência das quotas diretamente para a Ettal Participações Societárias S.A., empresa de direito privado com sede social ao SOF/Norte - Quadra 01 - Conjunto D - Nr. 16 - Parte D - Asa Norte - Brasília/DF, CEP: 70.634-140, inscrita no CNPJ sob o nº 16.712.666/0001-02 com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Distrito Federal (JCDF), sob o número 533.0001584.8 em 15/08/2012; **(c)** Aprovar, diante da alteração acima deliberada, alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social, para adequar o mesmo, à alteração do Capital Social. O caput do Art. 5º do Estatuto Social passa a ter a seguinte redação: "O Capital Social autorizado da Sociedade é de R\$ 51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de reais), divididos em 51.000.000 (cinquenta e um milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal"; **V – ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelo Sr. Presidente, a presente ata foi lida e aprovada em todos os seus termos, sendo assinada pelos presentes, da qual foi lavrada em livro próprio. Esta Ata é cópia fiel da que foi lavrada no livro próprio, do que damos fé. **JOSÉ AMÉRICO MIARI** - Diretor Presidente - Presidente da Assembleia; **LÚCIO ABREU ROSA MIARI** - Acionista - Secretário da Assembleia; **IRENE ABREU MIARI** - Acionista; **CÁSSIO ABREU ROSA MIARI** - Acionista; **MARA ABREU MIARI VIDIGAL** - Acionista.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0D75-DB3E-03C9-EF69> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0D75-DB3E-03C9-EF69



Hash do Documento

5C93660D33256E16D6B62E49938718844E5F98BBFBBF49776E98C8B555130167

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/02/2022 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em
23/02/2022 10:11 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

